

Trabalho,
Corpo e Vida
das Mulheres
Crítica à Sociedade
de Mercado

Cadernos Sempre Viva

Uma publicação da SOF Sempre Viva Organização Feminista

Série Economia e Feminismo

1. Trabalho, corpo e vida das mulheres: crítica à sociedade de mercado (2007)

Série Gênero, Políticas Públicas e Cidadania

1. Gênero e desigualdade (1997)
2. Gênero e agricultura familiar (1998)
3. Sexualidade e gênero: uma abordagem feminista (1998)
4. Gênero e educação (1999)
5. O trabalho das mulheres: tendências contraditórias (1999)
6. Gênero nas políticas públicas: impasses, desafios e perspectivas para a ação feminista (2000)
7. Economia feminista (2002)
8. A produção do viver: ensaios de economia feminista (2003)
9. Desafios do livre mercado para o feminismo (2005)

Série Saúde e Direitos Reprodutivos

1. Saúde das trabalhadoras (1998)
2. Mulheres, corpo e saúde (2000)

SOF Sempre Viva Organização Feminista
Trabalho, corpo e vida das mulheres: crítica à sociedade
S586t de mercado/ Maria Lúcia Silveira e Tais Viudes de
Freitas. São Paulo: SOF, 2007.
96p. (Coleção Cadernos Sempre Viva. Série Economia
e Feminismo, 1)

1. Divisão Sexual do Trabalho 2. Corpo
3. Sociedade de Mercado 4. Feminismo I.Título

CDU – 396

ISBN 978-85-86548-14-7



Trabalho,
Corpo e Vida
das Mulheres
Crítica à Sociedade
de Mercado

TAÍS VIUDES DE FREITAS
MARIA LÚCIA SILVEIRA



São Paulo, 2007

SOF Sempre Viva Organização Feminista

Diretoria

Presidenta: Maria Luiza da Costa

Vice-presidenta: Rosângela Dias Oliveira da Paz

1.^a secretária: Tatau Godinho

2.^a secretária: Ângela das Graças Oliveira Santos

1.^a tesoureira: Marilane Oliveira Teixeira

2.^a tesoureira: Denise Gomide Carvalho

Conselho Fiscal: Alice Mitika Koshiyama, Anderson de Souza Campos,
Beatriz Costa Barbosa.

Composição da Equipe

Equipe Técnica

Nalu Faria (coordenadora geral)

Miriam Nobre

Sonia Maria C. G. Orellana

Neide Yamaguchi

Maria Fernanda P. Marcelino

Neuza Tito

Renata Moreno

Alessandra Terribili

Camila Furchi

Equipe Administrativa

Lais Sales Costa (gerente administrativa)

Andréia do Nascimento Pereira

Elaine Campos Bruno

Apoio e Manutenção

Antônio Pinheiro Maciel Filho

Rua Ministro Costa e Silva, 36 – Pinheiros

CEP 05417-080 São Paulo SP – Brasil

Tel/fax: (011) 3819 3876

correio eletrônico: sof@sof.org.br

<http://www.sof.org.br>

Edição

Edição de texto e editoração (miolo): Morissawa Casa de Edição

Capa: Carla Sarmento

Esta publicação teve apoio financeiro da: **Fundação Heinrich Böll**

Impressão

Comércio e Indústria Multiformas Ltda.

Tiragem: 2.000 exemplares

SUMÁRIO

<i>Apresentação</i>	7
■ O cenário atual da divisão sexual do trabalho –	
TAÍS VIUDES DE FREITAS	9
As bases sociais da divisão sexual do trabalho	9
Correntes teóricas	14
Alterações no contexto da globalização e da política neoliberal	16
Implicações do neoliberalismo e da globalização	20
Gênero e mercado de trabalho no Brasil	22
Pesquisas atuais no Brasil	26
Considerações finais	59
■ A mercantilização do corpo e da vida das mulheres –	
Alinhavando reflexões – MARIA LÚCIA SILVEIRA	67

APRESENTAÇÃO

Este caderno aborda dois temas fundamentais para a análise feminista do modelo atual. O primeiro é a divisão sexual do trabalho e o segundo, a mercantilização do corpo e da vida das mulheres.

A elaboração dos dois textos faz parte dos processos de trabalho em economia feminista que a SOF desenvolve com a REF (Rede Economia e Feminismo) e a REMTE (Rede Latino-americana Mulheres Transformando a Economia).

O questionamento da economia capitalista a partir do feminismo tem como um de seus elementos centrais a compreensão da divisão sexual do trabalho como base material da opressão contra as mulheres, que estrutura o modelo atual. Como parte das articulações dos movimentos sociais no continente, a REMTE identificou como necessária a politização desse tema, para tornar visíveis as expressões da divisão sexual do trabalho e seus vínculos com o modelo, buscando ações e propostas de mudanças no contexto mais geral de debate sobre alternativas para o continente.

O artigo “Cenário atual da divisão sexual do trabalho”, de Taís Viudes de Freitas, foi elaborado para contribuir com esse objetivo da REMTE. Além de apresentar alguns debates atuais sobre a divisão sexual do trabalho, faz um levantamento dos estudos que vêm sendo desenvolvidos no Brasil e que dão visibilidade a esse tema. As pesquisas analisam o modo de incorporação do trabalho das mulheres em alguns setores do mercado de trabalho, que revela, na maioria das vezes, aumento da informalidade e da precarização.

Economia feminista como uma visão anti-sistêmica foi o eixo em torno do qual a REMTE estruturou e realizou um processo de formação em 2007. Dividida em uma fase virtual e outra presencial, esse processo envolveu mulheres de 15 países.

O curso virtual “Economia Feminista: uma visão anti-sistêmica” teve como objetivo consolidar uma visão comum sobre as perspectivas teóricas e os conceitos da economia feminista, além de desenvolver uma compreensão mais profunda sobre os enfoques teóricos e analíticos em temáticas específicas relacionadas com as linhas de trabalho da REMTE. O curso também estimulou uma prática de reflexão e troca de conhecimentos que contribui para enfrentarmos o desafio de produzir pensamento próprio.

O artigo “A mercantilização do corpo e da vida das mulheres – alinhavando reflexões”, de Maria Lúcia Silveira, foi produzido especificamente para uma aula do curso virtual, a fim de analisar uma das questões-chave do neoliberalismo, que é a expansão da mercantilização para todas as esferas da vida.

Com a publicação desses artigos, pretendemos difundir os acúmulos do feminismo na crítica à sociedade de mercado, a fim de fortalecer a convicção de que é preciso mudar o mundo para mudar a vida das mulheres e de que uma transformação radical da realidade mundial só é possível com o fim da opressão sobre as mulheres.

NALU FARIA

O CENÁRIO ATUAL DA DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

Tais Viudes de Freitas*

O conceito de divisão sexual do trabalho contribui para a compreensão da realidade das mulheres e da organização do trabalho na sociedade. É utilizado nas análises do movimento de mulheres e também ganha espaço nas pesquisas acadêmicas no Brasil.

A partir de um olhar sobre o desenvolvimento dos estudos a respeito da divisão sexual do trabalho, este texto apresenta idéias centrais na definição do conceito, percorrendo algumas questões e análises de distintas correntes teóricas. Apresenta, também, pesquisas recentes realizadas no Brasil que visibilizam a divisão sexual do trabalho em diferentes setores do mercado de trabalho no contexto do neoliberalismo.

AS BASES SOCIAIS DA DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

As práticas sociais diferem de acordo com o sexo do indivíduo. Essa diferença está baseada em relações de poder e de dominação: as mulheres se encontram em posição de inferioridade e de submissão em relação aos homens. Essa hierar-

* Formada em Ciências Sociais pela USP (Universidade de São Paulo).

quia organiza todas as esferas da vida social, passando pela família e pela organização do mercado de trabalho.

Desse modo, as atividades realizadas por homens e mulheres no mercado de trabalho e no âmbito doméstico são marcadas por diferenciações e desigualdades baseadas no sexo. Essas duas esferas (econômica e doméstica) se retroalimentam, contribuindo para a manutenção do sistema de gênero, que diferencia e hierarquiza as práticas de homens e mulheres.

Segundo Kergoat e Hirata (2007), a divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social ligada às relações sociais entre os sexos e que contribui para a manutenção desta última. As duas esferas estão, assim, estreitamente ligadas, uma moldando e determinando a outra. Segundo Kergoat (1989), as desigualdades que se verificam em nossas sociedades envolvendo homens e mulheres no trabalho estão ligadas às contradições e conflitos que marcam as relações sociais de sexo. A divisão sexual do trabalho, determinada histórica e culturalmente, não apenas destina os homens à esfera produtiva e as mulheres à esfera reprodutiva, como também atrela os primeiros às funções de maior valor social. Assim, esse conceito se baseia em dois princípios: o da separação (trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o da hierarquia (os trabalhos de homens são mais valorizados socialmente).

O conceito de divisão sexual do trabalho é tratado pelos estudos nessa área com duas idéias distintas. Uma aborda a diferença entre homens e mulheres no mercado de trabalho, nas atividades e nas profissões, e as variações dessa distribuição no tempo e no espaço, além de apontar para as desigualdades entre os sexos em relação ao trabalho doméstico. Portanto, essa vertente coloca-se de maneira mais descritiva em relação

às diferenças entre os sexos no campo do trabalho. Já a outra procura mostrar que essas desigualdades são sistêmicas e que a sociedade recorre a elas para manter a hierarquia das atividades e, portanto, entre os sexos, evidenciando o sistema de gênero criado por essas relações (Kergoat e Hirata, 2007).

A problematização das desigualdades entre as práticas sociais de cada sexo foi tornada visível, há não muito tempo, pelo movimento feminista, que denunciava um sistema em que as relações entre homens e mulheres representavam formas de poder e de dominação, e no qual as mulheres estavam em desvantagem. De acordo com Hirata (2002), na França, desde os anos 70, estudos locais têm contribuído para incluir uma análise sexuada das práticas sociais.

Nesse percurso, as categorias utilizadas nas teorias deixaram de ser apresentadas como conceitos neutros, passando a ser consideradas categorias sexuadas. O conceito de gênero fez, então, emergir uma série de alterações nas análises teóricas que permaneciam aquém dessa distinção, como as da economia e da sociologia do trabalho.

O campo da sociologia do trabalho, especificamente, sofreu uma série de transformações. A problemática crucial trazida pelo movimento feminista referia-se ao trabalho no âmbito doméstico. Realizado amplamente por mulheres, durante muito tempo, este não foi considerado uma forma de trabalho e, desse modo, permaneceu invisível na sociedade. Segundo Hirata (2002), uma enorme quantidade de trabalho era realizada gratuitamente por mulheres, sendo voltada para os outros e realizada em nome da natureza, do amor e do dever maternal, não sendo socialmente reconhecida.

A separação entre trabalho doméstico (reprodutivo), realizado prioritariamente pelas mulheres, e trabalho produtivo,

destinado aos homens, permaneceu, durante muito tempo, naturalizada. O movimento feminista procurou denunciar essa questão, apontando que essa separação dentro do mercado de trabalho não representava o destino natural de cada sexo, mas era fruto da organização do trabalho e da economia. O movimento passou, então, a revelar as grandes contribuições do trabalho reprodutivo para o sistema capitalista, entre elas a de reproduzir a baixo custo a força de trabalho e a de exercer de forma gratuita parte do trabalho necessário à manutenção da economia capitalista.

Assim, a passos lentos, estudos sociológicos foram dando ao trabalho doméstico o mesmo caráter das atividades profissionais, permitindo pensar a articulação de ambos os tipos. No entanto, não era suficiente apenas a abordagem dessa articulação para explicar as divisões estabelecidas dentro dessas atividades. Era necessário atentar para as relações sociais de sexo presentes no campo do trabalho. Segundo Benería (2003, *apud* Cunha e Fuentes, 2006), esse debate inicial falhou ao não

“identificar e analisar relações implícitas de gênero por trás do trabalho doméstico e divisão familiar de trabalho, e [ao não] abordar questões mais específicas sobre desigualdade de gênero e reprodução” (p. 3).

Para Kergoat (1995, *apud* Hirata, 2002), as relações sociais de sexo e a divisão social do trabalho estão intrinsecamente relacionadas e são, portanto, indissociáveis. Não há, assim, como desconsiderar o trabalho doméstico e não-remunerado nas análises sociológicas, e deixar de analisar as relações estabelecidas entre ele e o trabalho produtivo, uma vez que ambos estão associados ao processo de produção e de acumulação de riquezas nas sociedades capitalistas.

Os papéis de assalariamento e na família apareceram como o que são, isto é, não como produto de um destino biológico, mas como um “construto social”, resultado das relações sociais; o trabalho também foi questionado, através da recusa de limitá-lo exclusivamente ao trabalho assalariado e profissional; pouco a pouco propôs-se uma definição cada vez mais ampla do trabalho, levando-se em conta, simultaneamente, tanto o trabalho doméstico quanto o trabalho assalariado (Kergoat, 1989).

Essa abordagem questiona as teorias provenientes de disciplinas como a sociologia e a economia, e a separação feita entre a sociologia do trabalho e a sociologia da família, que tendem a tratar trabalho produtivo e trabalho doméstico como campos distintos ou a considerar este último como desvinculado das relações de produção.

Conforme Kergoat e Hirata (2007), a família passou a ser colocada, então, como um elemento central para se repensar a categoria *trabalho*, uma vez que nela também se estrutura a divisão sexual do trabalho.

Muitos estudos, embora abordem as relações sociais de sexo, tendem a tratar exploração do trabalho assalariado e opressão do masculino sobre o feminino como campos separados, enfatizando uma em detrimento da outra (Hirata, 2002). Desse modo, tratam a esfera produtiva separadamente das relações sociais estabelecidas entre os sexos. Entretanto, da mesma forma que, ao dicotomizar o trabalho produtivo e o reprodutivo, falham ao separar essas duas dimensões, uma vez que elas estão profundamente ligadas, sendo a esfera da exploração econômica o momento em que ambas atuam juntas, ou seja, em que o poder dos homens sobre as mulheres é exercido simultaneamente (pela exploração tanto econômica

como de gênero). Para Kergoat (1992, *apud* Hirata, 2002), a divisão sexual do trabalho é uma disputa das relações sociais de sexo em que as opressões sexual e econômica estão presentes.

CORRENTES TEÓRICAS

Hirata (2002) aponta duas grandes correntes teóricas na abordagem da questão da divisão sexual do trabalho: a da “relação social” e a do “vínculo social”. Na primeira corrente, a relação entre homens e mulheres aparece como antagônica e, portanto, hierárquica e assimétrica, sendo este um aspecto presente e essencial na divisão social do trabalho.

Já a segunda corrente, que defende a teoria do “vínculo social”, aponta para uma conciliação ou complementaridade entre os papéis de homens e mulheres. Haveria, assim, uma cooperação entre os sexos, no que se refere a uma divisão tanto entre homens e mulheres como entre trabalho doméstico e trabalho profissional, bem como entre os tipos de emprego. Essas divisões contribuem para reproduzir as práticas sociais atreladas a cada sexo. Kergoat e Hirata (2007) apresentam alguns modelos explicativos dentro dessa última corrente teórica.

O modelo *tradicional* considera as mulheres responsáveis pelo trabalho doméstico (reprodutivo) e os homens, pelo trabalho profissional (produtivo). Um segundo modelo é o da *conciliação*, que implica a idéia de conciliar os trabalhos doméstico e profissional como forma de garantir a igualdade de oportunidades entre os sexos. Na prática, porém, a responsabilidade por conciliar esses dois trabalhos recai exclusivamente sobre as mulheres. Um terceiro modelo é o “*paradigma de parceria*”, que considera homens e mulheres como parceiros cujas relações são baseadas na igualdade, mais do que no

poder. Assim, esse companheirismo envolveria uma repartição igual das tarefas domésticas e profissionais. No entanto, mais uma vez, as práticas sociais não confirmam as idéias apresentadas por esse modelo.

As autoras apontam, ainda, para o surgimento de um novo modelo, o da *delegação*, representado pela *bipolarização* entre o trabalho de mulheres, em que um grande número delas realiza atividades mais precárias, enquanto aumenta o número de mulheres em posições altas da hierarquia e em “profissões intelectuais superiores”.

Assim, o alcance de empregos de maior prestígio por mulheres é possível na medida em que umas poucas privilegiadas delegam seu trabalho doméstico a outras de condições socioeconômicas inferiores.

As mulheres contratadas para trabalhar nas residências de mulheres de nível socioeconômico mais elevado, acabam, por sua vez, delegando o cuidado de seus filhos a outras, como avós, irmãs, vizinhas... Essa situação implica um certo rompimento na relação entre mães e filhos, uma vez que as contratadas e as delegadas têm menos tempo de cuidar de seus próprios filhos.

Nessa perspectiva, segundo as autoras, a política familiar francesa é uma política de *conciliação*, uma vez que procura facilitar a articulação entre emprego e vida familiar, a fim de que as mulheres tenham acesso a empregos. Já no Japão, essa conciliação é considerada impossível. Assim, quando uma japonesa engravida, ela imediatamente abandona seu emprego para se dedicar à maternidade. No entanto, essa interrupção da atividade profissional não dura um longo período, uma vez que ela volta ao mercado de trabalho em tempo parcial.

Com base no quadro apresentado, é possível verificar que a manutenção da responsabilidade das mulheres pelo trabalho doméstico, apesar de todas as transformações nas sociedades e nas relações de trabalho, permanece como um entrave para as análises das relações sociais de sexo.

ALTERAÇÕES NO CONTEXTO DA GLOBALIZAÇÃO E DA POLÍTICA NEOLIBERAL

A divisão sexual do trabalho esteve historicamente presente nas sociedades. Uma série de transformações ocorreu ao longo dos séculos, mas a hierarquia dos papéis, nas relações estabelecidas entre homens e mulheres e no campo do trabalho, manteve-se, e a incorporação da mulher no mercado de trabalho não trouxe consigo a igualdade entre os sexos. Ao contrário, as relações assimétricas existentes foram ganhando nova configuração, tendo no mercado de trabalho um favo-recedor de sua permanência.

As condições de inferioridade das mulheres são evidenciadas no contexto social: é alta a taxa de desemprego ou de emprego em trabalho precário; recebem salários mais baixos que os dos homens, mesmo com níveis de escolaridade mais elevados (IBGE); ocupam poucos postos de chefia e de supervisão; e cumprem uma jornada de trabalho maior, uma vez que conciliam o trabalho doméstico com o profissional.

Embora o desenvolvimento tecnológico, as oscilações econômicas e as reestruturações do modelo produtivo acarretem algumas modificações na divisão sexual do trabalho, a hierarquia nas relações de sexo permanece inalterada. Essa constatação pode ser encontrada em Guilbert (1966, *apud* Hirata, 2002), para quem, entre outras mudanças, a intro-

dução da automação suprime um certo número de empregos femininos, acentua o caráter fragmentado das tarefas industriais femininas e elimina as mulheres dos postos de direção ou de supervisão das máquinas.

Hirata (2002) também constata que, apesar do aumento de mulheres em postos de trabalho em escritórios, a partir dos anos 80 elas permaneceram em ocupações precárias, pois se encontram excluídas dos planos de carreira e são contratadas por tempo determinado. Portanto, as modificações ocorridas nos modos de produção econômica e nas relações de trabalho afetam a vida das mulheres, uma vez que a estrutura econômica está profundamente ligada às relações sociais e culturais da sociedade – ambas se remodelam. Assim, segundo Cunha e Fuentes (2006):

“se os processos de modernização vividos pelas sociedades ocidentais transformaram suas relações tradicionais de trabalho e a produção das condições materiais, sociais e culturais da vida humana, também as mudanças nas relações sócio-culturais condicionam mudanças na estrutura econômica” (p. 4).

Desse modo, o trabalho feminino se adapta às mudanças do sistema capitalista, mas este também se altera para incorporar os novos modelos de identidade feminina e as demandas das mulheres. Alterações nos modelos de trabalho são, assim, realizadas de modo a inserir um maior número de mulheres, ao mesmo tempo em que possibilitam a manutenção da divisão sexual existente dentro da família.

O processo de reestruturação produtiva, que adveio com a globalização e com o desenvolvimento tecnológico, criou

postos de trabalho mais flexíveis e que exigem mais qualificação do trabalhador. De acordo com Neves (2000), a força de trabalho feminina passou, então, a ser incorporada por meio das jornadas parciais, dos contratos por tempo determinado e dos trabalhos em domicílio (que utilizam a qualificação informal obtida pelas mulheres no âmbito doméstico). No entanto, não ocorre uma revalorização do trabalho realizado. Ao contrário, as mulheres permanecem presentes em trabalhos de condições precárias e inseguras, marcados por baixa remuneração, realização de atividades simultâneas e flexíveis e perda dos direitos legais. Ademais, elas permanecem sendo amplamente incorporadas em atividades com características tayloristas de produção.

Da mesma forma, Kergoat e Hirata (2007) assinalam que as políticas de flexibilização e de precarização do trabalho acarretam alterações nos tipos de atividade desenvolvidos por homens e mulheres. Os trabalhos em tempo parcial (marcados por precarização e instabilidade), que passaram a englobar um elevado número de mulheres, fazem com que elas sejam ainda mais conduzidas ao trabalho doméstico ou à manutenção de mais de um vínculo empregatício, o que aprofunda as desigualdades entre os sexos.

O trabalho em domicílio, assim como em tempo parcial, é uma prática adotada pelos empregadores dentro da política de flexibilização. Segundo Lavinias e Sorj (2000), as mulheres aparecem como a força de trabalho mais sujeita a esse tipo de prática, devido a suas responsabilidades familiares e domésticas e a seus fortes vínculos comunitários. Para essas autoras, o trabalho em domicílio nem sempre é sinônimo de precariedade, podendo os/as funcionários/as gozarem de direitos trabalhistas e de valorização. Mas em muitos casos é mais instável,

pois está mais sujeito a retração, conforme a necessidade da empresa, por exemplo, durante uma crise econômica.

Outra consequência das mudanças nos modos de produção econômica, conforme Kergoat e Hirata (2007), é a já citada *bipolarização* do emprego feminino. Ainda a propósito disso, as autoras afirmam que as mulheres que ocupam postos de prestígio contratam outras para realizar seu trabalho doméstico, tornando assim possível sua ascensão e dedicação intensiva ao trabalho profissional. As contratadas são geralmente mulheres de baixas condições econômicas e imigrantes (principalmente, nos países ricos). As autoras concluem que essa situação envolve não somente as divisões entre os sexos, mas também outra relação desigual, que é a estabelecida entre as próprias mulheres de níveis socioeconômicos distintos.

Nota-se, assim, que o caminho percorrido não levou a uma igualdade plena entre os sexos, pois a conciliação do trabalho doméstico com o profissional permanece sendo responsabilidade das mulheres, seja exercendo ou contratando outras mulheres para realizar o primeiro.

Essas alterações que vão ocorrendo na sociedade e no mercado de trabalho são incorporadas pelos estudos que analisam a divisão sexual do trabalho. Hirata (2002) aponta algumas tendências envolvendo pesquisas sobre essa temática na França. Alguns temas permanecem em pauta nessas abordagens, como masculinização e feminização dos empregos, ocupações e postos de trabalho e o trabalho doméstico e familiar. Mas alterações podem ser vistas nas pesquisas que articulam o trabalho profissional e o doméstico, colocando-os no contexto de crise econômica. Vale lembrar que os momentos de retração econômica e de desemprego aumentam a instabilidade dos empregos (principalmente entre os/as

trabalhadores/as terceirizados/as e em tempo parcial), atingindo mais profundamente as condições de trabalho e saúde das mulheres, uma vez que são elas que ocupam a maior parte dos postos de trabalho precários.

A globalização e as transformações que impôs nos modelos de produção, entre eles a flexibilização e a precarização do trabalho, acarretam alterações nas ocupações de homens e mulheres no mercado de trabalho. Embora se verifique uma maior valorização de certas carreiras femininas, as mulheres ainda ocupam a maior parte dos postos mais instáveis e de remuneração mais baixa, evidenciando a permanência das desigualdades nas relações sociais entre os sexos.

IMPLICAÇÕES DO NEOLIBERALISMO E DA GLOBALIZAÇÃO

A política de globalização, que inclui aumento de mulheres em cargos de prestígio e em “profissões intelectuais superiores”, implicando a “externalização” de seu trabalho doméstico, por meio do recurso a outras mulheres de estratos sociais inferiores, tem impactos sobre a divisão internacional do trabalho. Esta também se apropria das relações sociais de sexo.

Como afirmam Cunha e Fuentes (2006), estudos têm mostrado, para além da análise estritamente econômica, que a nova divisão internacional do trabalho estrutura-se simultaneamente com base no sistema capitalista global e em relações de gênero. Segundo essas autoras, no âmbito internacional, a competição global e o modelo de desenvolvimento orientado para a exportação resultaram na preferência dos empregadores por trabalhadoras, especialmente em manufaturas de uso intensivo de mão-de-obra. Além disso, em vários países, o trabalho feminino também foi amplamente absorvido pelo

setor de serviços. A acentuada pobreza e o desemprego em países subdesenvolvidos fizeram com que uma série de mulheres emigrasse para países mais ricos à procura de emprego e sustento para suas famílias. Sua crescente mobilidade geográfica facilitou o emprego de migrantes do Sul em áreas específicas de serviços – como os de cuidado – em países do Norte.

Para os países com baixas taxas de crescimento, a exportação de trabalhadoras como prestadoras de serviços domésticos e de cuidados tem-se convertido em uma fonte cada vez mais importante de divisas – como resultado de remessas regulares para gerar e/ou complementar a renda familiar, e da absorção de trabalho em uma situação de desemprego crônico (p. 9).

Muitas mulheres de países mais pobres emigram à procura de emprego, deixando seus filhos aos cuidados de outra de sua família. É importante ressaltar que as migrantes encontram emprego em atividades marcadas por forte precarização, ligadas ao cuidado de crianças e ao trabalho doméstico, que resultam das relações de gênero existentes. Assim, segundo Hoschschild (2000, *apud* Cunha e Fuentes, 2006), a desigualdade crescente entre populações de países ricos e pobres se verifica não apenas no acesso à renda, mas também no acesso ao cuidado e às relações familiares.

“[...] a mulher de classe média de um país pobre ou em desenvolvimento, obrigada a emigrar em função do contexto sócio-econômico de seu país, passa à classe baixa no país de ‘primeiro mundo’” (p. 11).

Desse modo, a globalização contribui para o processo de exclusão, sendo que as mulheres sofrem amplamente suas conseqüências.

GÊNERO E MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL

O mercado de trabalho brasileiro sofreu, ao longo dos últimos anos, uma série de mudanças no que diz respeito à participação das mulheres e em suas diferenças em relação à participação dos homens. No entanto, a desigualdade entre os sexos e a discriminação quanto à força de trabalho feminina permanecem.

Bruschini (2000), analisando o mercado de trabalho brasileiro entre 1985 e 1995, constatou que essas mudanças e permanências foram decorrência das alterações de ordem econômica, social e cultural sofridas pela sociedade no período: queda nas taxas de fecundidade; maior envelhecimento da população; aumento do número de famílias chefiadas por mulheres; expansão da escolaridade; novos valores relativos ao papel das mulheres na sociedade brasileira; e redemocratização do país. Além disso, o país passou por diversas crises econômicas, elevadas taxas de inflação e sucessivos planos de estabilização. Como pano de fundo para essas mudanças está a globalização e o avanço da tecnologia, que levaram a uma reestruturação dos processos de produção, nos quais os postos de trabalho formais diminuíram e os trabalhos flexíveis aumentaram.

Segundo Bruschini, o elevado aumento da participação feminina no mercado de trabalho foi uma das transformações mais significativas no período analisado. No entanto, isso se deu, em parte, devido à mudança na conceituação de trabalho adotada pelo IBGE, que passou a incorporar as atividades para o autoconsumo, a produção familiar e outras que não eram consideradas anteriormente como trabalho. Essas atividades eram realizadas majoritariamente pelas mulheres.

Assim, em 1995, elas passaram a corresponder a 40,4% da força de trabalho do Brasil.

As atividades realizadas na esfera doméstica, assim como o cuidado com os filhos, aparecem como condicionantes à participação das mulheres nesse mercado, pois essas tarefas continuam sendo consideradas responsabilidades delas. Nesse sentido, a maternidade aparece como um obstáculo à continuidade da carreira feminina, a qual é marcada por descon continuidades normalmente ligadas aos filhos e ao lar.

Cuidar de filhos pequenos implica, para muitas mulheres, o abandono, ao menos temporário, da profissão. Segundo Bruschini, as taxas de atividade das que têm mais de 15 anos e tiveram filhos caem significativamente quando elas são jovens, em relação ao conjunto de mulheres de idade semelhante.

A autora verificou também, ao longo do período citado, um aumento da escolaridade dos/das trabalhadores/as e até mesmo que a população feminina chegou a superar o grau de instrução da masculina. Isso permitiu que elas passassem a ocupar postos de maior prestígio e mais bem-remunerados, o que lhes possibilitou ter certos gastos com a infra-estrutura doméstica necessária para suprir sua saída do lar (por exemplo, contratando outra mulher para realizar as tarefas do lar).

A participação das mulheres no mercado de trabalho é, de certa forma, restrita a alguns segmentos profissionais, embora se veja um crescimento da força de trabalho feminina em algumas áreas antes não ocupadas por elas. Ainda segundo Bruschini, as mulheres estão concentradas no setor de prestação de serviços, seguido pelas áreas social, de comércio de mercadorias, além da agrícola (na qual as atividades de autoconsumo e não-remuneradas são majoritariamente realizadas pelas mulheres).

Ao analisar as posições nas ocupações dentro do mercado de trabalho, em 1995, Bruschini constatou que a força de trabalho tanto feminina como masculina se concentrava como empregados assalariados (42% das ocupadas e 57% dos ocupados) e como trabalhador por conta própria (27% dos ocupados e 17% das ocupadas). No entanto, quase 40% das trabalhadoras ocupavam posições precárias no mercado de trabalho, ou seja, em atividades domésticas, não-remuneradas ou de autoconsumo.

Por outro lado, ainda segundo Bruschini, é crescente o número de mulheres em cargos de maior prestígio, como os de chefia, gerência e administração, como já foi mencionado, assim como entre empresários ou empregadores. O mesmo vem ocorrendo nas ocupações técnicas, artísticas e outras semelhantes. Na indústria, embora a força de trabalho feminina predomine em alguns setores tradicionais, observa-se um aumento no percentual de mulheres entre os mestres, contramestres e técnicos industriais.

Como já havia sido apontado por Hirata e Kergoat (2007), relativamente à França, também no Brasil é possível notar uma bipolarização do trabalho de mulheres. No país, a força de trabalho feminina permanece concentrada em ocupações de pouco prestígio, de baixa remuneração e que apresentam maior grau de precarização, mas, ao mesmo tempo, está incorporando gradativamente algumas profissões mais valorizadas, que exigem uma maior qualificação e escolaridade.

Apesar desse aumento do número de mulheres em postos de trabalho mais qualificados, ainda se verificam no Brasil discrepâncias e discriminação entre os sexos: as mulheres continuam a receber salários mais baixos que os dos homens,

mesmo realizando igual jornada de trabalho e tendo maior grau de escolaridade, em todos os setores econômicos, até mesmo quando elas ocupam posições hierarquicamente mais elevadas.

Bruschini afirma que, “quando se examina o ganho médio feminino em relação ao masculino, constata-se que as mulheres ganham cerca de 64% dos salários masculinos” (p. 44). Essa autora chama a atenção, ainda, para o fato de que, entre 1985 e 1995, 82% das mulheres do setor agrícola não eram remuneradas por seu trabalho, considerando que os homens correspondiam a cerca de um quarto dos ocupados no setor.

Apesar das mudanças ocorridas no mercado de trabalho brasileiro, que incorporou crescentemente a força de trabalho feminina, destacando-se o aumento da participação de mulheres em postos de maior prestígio, qualificação e remuneração, há ainda uma série de discriminações que marcam as ocupações das trabalhadoras. Elas permanecem concentradas em atividades que são tradicionalmente atribuídas às mulheres, ganham salários mais baixos quando comparados aos dos homens, são responsabilizadas pelo cumprimento integral das tarefas domésticas e de cuidado dos filhos e ocupam os postos mais precarizados.

Essas desigualdades entre as atividades desenvolvidas por homens e mulheres, bem como as desvantagens destas na competição dentro do mercado de trabalho vêm sendo observadas e analisadas por uma série de estudos no Brasil.

O levantamento das pesquisas atuais no Brasil, apresentado a seguir, não pretende ser exaustivo, mas contribui para dar visibilidade à exploração diferenciada das mulheres em distintos setores do mundo do trabalho.

PESQUISAS ATUAIS NO BRASIL

Na fruticultura

Estudos recentes (Branco e Vainsencher, 2000; Cunha, 2006) voltados ao setor rural, mais especificamente à fruticultura, vêm apontando a importância das trabalhadoras rurais no processo de produção e de comercialização. Esses estudos mostram, contudo, que elas ainda são alvos de uma série de discriminações.

Nesse setor de atividade, as mulheres correspondem a 60% da força produtiva (Branco e Vainsencher). Essas autoras realizaram sua pesquisa em uma região do Vale do São Francisco situada no Nordeste, hoje marcada por altos índices de desenvolvimento socioeconômico, tendo a agricultura irrigada como sua principal atividade. A região costuma atrair força de trabalho das áreas próximas, que são mais precarizadas, atingidas pelas secas, e onde a agricultura não é irrigada.

Cunha, estudando a fruticultura nos Perímetros Irrigados de São Gonçalo e Condado, situados no sertão da Paraíba, constatou que as trabalhadoras, tanto da agricultura familiar como da comercial modernizada, permanecem responsáveis pelas atividades domésticas e, na produção comercial, estão confinadas em funções subalternas de baixo nível de qualificação e de tempo parcial. Da mesma forma, segundo Branco e Vainsencher, na fruticultura, ainda que as tarefas realizadas pelas mulheres sejam as mais difíceis e valiosas, elas são cotadas como inferiores aos homens.

De acordo com o estudo citado de Cunha, a força de trabalho feminina é usada principalmente na colheita, na

seleção e na embalagem dos frutos, atividades essas realizadas em uma determinada época do ano. O trabalho das mulheres é, assim, eventual, não sendo legalmente reconhecido. Isso faz com que, ademais, elas não recebam treinamentos, pois as qualidades exigidas para suas funções são consideradas inatas ou aprendidas a partir da própria educação.

Os trabalhos “leves”, como semear e colher, são destinados a elas e aos filhos, enquanto aos homens cabem os trabalhos “pesados”, como o preparo do solo. Ou seja, a divisão do trabalho segue as características consideradas naturais a cada sexo. O trabalho realizado pela mulher é visto como uma ajuda ao trabalho dos homens. Portanto, a força de trabalho feminina funciona como um exército de reserva, que é incorporada na produção no momento em que o trabalho masculino não é suficiente (Cunha, 2006).

O estudo de Branco e Vainsencher mostra que o contrato das mulheres nessas atividades compreende dois tipos de acordo: o assalariado e o diarista. No primeiro, elas estabelecem um vínculo formal de trabalho e, portanto, têm seus direitos garantidos por lei. No segundo, não há qualquer estabilidade. Elas são remuneradas por produção individual e não são sindicalizadas. Nesse tipo de acordo estão inseridas também as idosas, para as quais não são garantidos os direitos trabalhistas.

De acordo com essas mesmas autoras, as mulheres estão presentes não só no sistema de produção, mas também no Sindicato dos Trabalhadores Rurais. No entanto, além de os direitos trabalhistas ainda serem pouco garantidos às mulheres, principalmente às diaristas e às idosas, esse tipo de atividade traz prejuízos à sua integridade física. No cultivo da uva, por exemplo, as autoras chamam a atenção para os diversos

agravos à saúde das mulheres, devido à exposição cotidiana ao agrotóxico utilizado nas plantações.

O citado trabalho de Branco e Vainsencher mostra que a discriminação sofrida pelas mulheres na fruticultura decorre da ausência de um enfoque específico de gênero nessa atividade, por parte tanto das políticas trabalhistas do Sindicato como das políticas públicas. Cunha ainda ressalta que a divisão do trabalho no setor está amplamente relacionada aos papéis destinados a cada sexo nas esferas doméstica e familiar, pelas quais as mulheres são as grandes responsáveis.

Na indústria de calçados

Diversos estudos tomam o setor calçadista como importante campo de análise para se compreenderem as relações sociais estabelecidas entre os sexos, com fundamento na explícita divisão sexual do trabalho que se verifica nele. Tomamos aqui como base o estudo de Santos (2006), que pesquisou essa divisão das atividades de acordo com o sexo em uma indústria de calçados da região gaúcha do Vale do Rio dos Sinos, em 2004.

Citando dados apresentados por Nogueira (2004), Santos aponta para um processo de crescente feminização no setor calçadista: “a mão-de-obra feminina representa 49,3%, e a masculina, 50,7% do total de trabalhadores do setor” (p. 1).

Aspectos dos processos de produção fordista e taylorista estão presentes nessa atividade. No sistema de produção de calçados coexistem máquinas e equipamentos com diversos níveis de tecnologia e trabalho manual. Há, também, a presença de esteira, onde cada trabalhador realiza sua tarefa de forma individualizada, especializada e constante.

A autora revela que a busca pela produção “flexível” tem levado ao aumento da precarização das relações de trabalho e da incidência da informalidade, que se traduz em empregos em tempo parcial e trabalho domiciliar. As microempresas, cada qual especializada em uma parte da produção do calçado, e o trabalho domiciliar concentram a maior parte do contingente feminino.

Além de ter funções específicas a cada sexo, essa profissão também remunera melhor os homens que as mulheres pela realização de tarefas iguais.

As etapas do sistema de produção de calçado envolvem: modelagem; corte; preparação; pesponto e costura; montagem; revisão, acabamento e plancheamento; controle do gráfico e expedição. De acordo com a autora, os homens estão concentrados nos setores de modelagem, corte, montagem e expedição, enquanto as mulheres são maioria nos setores de preparação, costura, revisão e serviços gerais. Essa separação é feita pelas características culturalmente atribuídas a cada sexo, de modo que as etapas que exigem habilidades e força física para lidar com maquinário pesado e maior qualificação são redutos masculinos. Já as tarefas que exigem maior atenção a detalhes, limpeza, controle de qualidade e desempenho de várias atividades ao mesmo tempo compõem uma área tipicamente feminina.

A maior incorporação de máquinas e de tecnologia na indústria de calçados tende a afastar as mulheres, fazendo com que as atividades que envolvem essas inovações permaneçam nas mãos dos homens. Elas ocupam os postos em que predominam as atividades manuais e participam de tarefas compartilhadas, coletivas, nas quais é maior a percepção da vigilância sobre a produção e a intensificação do trabalho.

Ademais, executam em geral mais de duas tarefas, enquanto os homens costumam realizar apenas uma tarefa especializada.

Em relação à trajetória profissional nesse ramo de atividade, a autora assinala que a maioria dos/das trabalhadores/as inicia a carreira nos serviços gerais. Posteriormente há um deslocamento maior dos homens para os setores de montagem e corte, e das mulheres para os de costura, preparação e revisão. Nos cargos de chefia e de supervisão, há uma proximidade na porcentagem de homens e mulheres. Isso pode ser explicado pelo fato de o setor calçadista estar incorporando mais mulheres, devido à exigência de maior flexibilidade de trabalho. No entanto, elas ainda encontram preconceito e discriminação quanto a ocuparem esses postos de prestígio.

A pesquisa de Santos revelou também discriminação no que se refere a capacitação e treinamento: as mulheres tendem a realizar os cursos dentro da própria empresa, enquanto os homens o fazem mais externamente. O ponto levantado pelas trabalhadoras como empecilho à sua participação nos treinamentos externos foi a dificuldade de conciliá-los com as tarefas domésticas e o cuidado com os filhos.

Santos mostra, ainda, que, apesar do quadro apresentado, vêm ocorrendo mudanças na divisão sexual do trabalho na indústria calçadista, pois homens e mulheres estão rompendo com as barreiras destinadas a cada sexo. Além disso, embora em condições de trabalho mais precárias, há uma crescente valorização do trabalho da mulher nesse ramo de atividade.

Na indústria de confecções

A indústria de confecções tem sido mundial e historicamente marcada pelo predomínio da mão-de-obra feminina. Estudos atuais revelam que esse ramo de atividade vem sofrendo alterações em seus sistemas produtivos. Para a análise da divisão sexual do trabalho nesse ramo, valemo-nos aqui dos recentes estudos de Leite (2004) e de Nunes e Campos (2006).

De acordo com Leite, as mencionadas alterações vinculam-se principalmente à “externalização” de etapas da produção, que são realizadas por microempresas ou por trabalhadores informais, com o que a indústria se adapta à atual fase de desenvolvimento econômico e às políticas de flexibilização.

Ao estudar o setor de confecções da cidade de São Paulo, essa autora constatou que o processo de terceirização faz com que os trabalhadores sejam direcionados aos trabalhos nas pequenas oficinas, que, em geral, são informais, de baixíssima remuneração e não-qualificadas, e apresentam altas taxas de doenças profissionais. Muitas vezes esses trabalhos são realizados em domicílio, e neles as mulheres estão em maioria.

Esse mesmo processo de terceirização e, conseqüentemente, de precarização do trabalho das mulheres na indústria de confecções, foi verificado também por Nunes e Campos, que analisaram o setor em Goiânia.

Segundo Leite, a inovação tecnológica não atinge de maneira igual todo o setor, estando mais dirigida às fases anteriores à costura, como *design*, modelagem, encaixe e corte. A costura, em que se concentram 80% da força de trabalho, permanece em defasagem tecnológica, sendo, assim, plenamente executada pelas costureiras.

Torna-se nítida a importância da categoria *gênero* nesse ramo de produção. De acordo com Leite, em 1999, as mulheres

correspondiam a 63,9% da força de trabalho no conjunto do setor têxtil e do vestuário, no Brasil. Para Nunes e Campos, esse predomínio da mão-de-obra feminina está vinculado ao fato de que as mulheres são, desde a infância, treinadas nesse tipo de atividade no espaço doméstico, o que reduz praticamente a zero o gasto dos empregadores com os custos dessa formação. Além disso, o trabalho é facilmente realizado em domicílio e, portanto, permite que as trabalhadoras conciliem as atividades profissionais com as domésticas. No entanto, de acordo com essas autoras, devido à forte pressão por produção, essa conciliação fica impossibilitada.

Todos esses fatores contribuem para que as mulheres constituam o maior percentual de trabalhadores sem carteira assinada no setor. E também para que, embora se concentrem nas atividades mais importantes, sejam as mais desvalorizadas e mal-remuneradas do processo produtivo.

A categoria *raça/etnia* também é determinante nos tipos de atividade desenvolvidos. Enquanto os brancos são maioria entre empregadores e trabalhadores com carteira assinada, os negros predominam como trabalhadores por conta própria e sem carteira assinada. Por outro lado, muitos imigrantes estão incluídos entre os trabalhadores informais do setor.

O fato de ter ou não carteira assinada depende do grau de escolaridade: a maioria dos trabalhadores com carteira assinada apresentam maior escolaridade que aqueles sem carteira assinada (estes, em sua maioria, apresentam escolaridade básica).

Pode-se concluir, novamente, que a adoção de mão-de-obra barata por parte dos empregadores, como o trabalho por conta própria e domiciliar, representa maior precarização para o trabalho desenvolvido pelas mulheres. Segundo Leite,

elas são expulsas das indústrias, sendo substituídas por homens, e passam a se concentrar nas pequenas oficinas terceirizadas e no trabalho em domicílio, em que as condições são precárias. Os dados para a cidade de Goiânia, apresentados por Nunes e Campos, confirmam uma tendência de queda no número de mão-de-obra feminina nas indústrias de confecção ao longo do tempo, enquanto, nas microempresas, as mulheres permanecem representando aproximadamente 80% da força de trabalho.

O trabalho em domicílio apresenta uma agravante, que é a enorme dependência em relação às conjunturas econômicas. Segundo Leite, isso indica que as costureiras não têm nenhuma estabilidade na produção, tampouco em seu rendimento, pois seu trabalho é prontamente retraído em um momento de crise econômica.

Ainda de acordo com essa autora, tanto dentro da indústria como nas oficinas terceirizadas, predomina o modelo taylorista de produção, em que cada etapa da produção é realizada por determinado/a trabalhador/a. O trabalho em domicílio aprofunda ainda mais a divisão sexual do trabalho, pois as mulheres em geral têm apenas uma máquina de costura disponível, o que lhes permite a realização de poucos tipos de trabalho.

Desse modo, esses estudos evidenciam a crescente desvalorização das atividades femininas, cada vez mais agravada pelos novos modelos produtivos (incluindo a incorporação de novas tecnologias).

Na indústria metalúrgica

Estudo realizado por Leite e Shiroma (1995), em três empresas metalúrgicas do estado de São Paulo, revela que a incorporação de tecnologia nesse setor também mostra não atingir e qualificar o trabalho realizado pelas mulheres. As pesquisadoras encontraram distinções na formas de organização das empresas e nas estratégias de modernização da produção, mas, em todos os casos, estas têm impactos diferenciados para cada sexo.

A discriminação das mulheres nesse ramo de atividade apareceu de diversas formas nas empresas analisadas. Em duas delas, as trabalhadoras estavam concentradas nos postos de trabalho menos qualificados, sendo que, em uma, foi constatada a menor importância dada por parte da gerência ao treinamento e à qualificação da mão-de-obra feminina. Na terceira empresa, constatou-se discriminação sexual no processo de contratação da força de trabalho, ou seja, a preferência por trabalhadores do sexo masculino: isso foi justificado pelos empregadores com o fato de as mulheres terem menos flexibilidade no trabalho, o que significa mais dificuldade de mudar os turnos, devido às suas responsabilidades domésticas e familiares.

Na primeira empresa, as autoras apontam que as mulheres ocupavam postos de trabalho principalmente em bancadas ou em linha de montagem, ou seja, tarefas em série e repetitivas. Além disso, elas estavam afastadas das tarefas em que se lida com máquinas pesadas, bem como dos postos de chefia.

Outra empresa apresentou um quadro singular do papel das mulheres nesse ramo de atividade. Segundo as autoras, as mulheres realizavam os serviços mais delicados, que exigiam destreza manual, paciência e capricho, mas também ocupavam cargos mais complexos e de grande responsabilidade. No entanto, de um modo geral, elas predominavam em

postos menos valorizados e não tinham a mesma chance de treinamento dada aos homens.

Apenas em uma entre as três empresas, as pesquisadoras verificaram que o trabalho realizado contribui para uma maior qualificação das mulheres.

Leite e Shiroma, portanto, evidenciaram novamente que as inovações tecnológicas não contribuem para uma maior qualificação da mão-de-obra feminina, mas, ao contrário, aprofunda as desigualdades entre os sexos no trabalho.

Na indústria de eletrodomésticos de linha branca

O enfoque da indústria brasileira de eletrodomésticos de linha branca por Silva e Gitahy (2006) deveu-se ao fato de esse setor apresentar uma nítida divisão sexual do trabalho.

Segundo os dados coletados por essas autoras, em duas indústrias do ramo, 90% das mulheres estão concentradas nos setores de montagem e pré-montagem; elas ocupam 12% dos postos de chefia, mas predominam nos cargos intermediários, com poucas possibilidades de ascensão profissional.

A justificativa apresentada pelos gerentes para essa divisão de tarefas entre os sexos associava-se ora às características atribuídas a cada sexo, ora à educação de homens e mulheres. A principal característica atribuída aos homens para serem preferidos na execução de tarefas mais prestigiadas foi a força física. No caso das mulheres, o fato de se concentrarem nas linhas de montagem e pré-montagem foi atribuído, além de ao menor esforço físico exigido, às características culturalmente atreladas a elas, como delicadeza, fragilidade, atenção, minudência, organização e propensão a realizar trabalhos rotineiros. Silva e Gitahy esclarecem,

ainda, que a identificação do homem como provedor da família favorece sua contratação pelas empresas.

A divisão sexual do trabalho no setor também foi justificada pelo aspecto educacional: a formação dos homens foi considerada mais técnica e, portanto, mais adequada a atividades que envolvam o raciocínio.

Em relação à ascensão profissional nesse ramo de atividade, as pesquisadoras constataram que a percepção dos empregadores da maior facilidade das mulheres para contato com o público e lidar com problemas as favorece no alcance de postos de prestígio na indústria. Por outro lado, o vínculo com o trabalho doméstico e com a vida familiar é apresentado como dificuldade para elas evoluírem na carreira. Os gerentes tendem a preferir os homens, por considerarem que eles são mais disponíveis e se dedicam exclusivamente ao trabalho.

As autoras enfatizam o fato de que a visão que norteia a divisão sexual das tarefas é compartilhada pelos indivíduos de ambos os sexos, independentemente da posição hierárquica. O atrelamento das mulheres ao trabalho doméstico e dos homens ao trabalho econômico é também aceito da mesma forma. Isso reflete a identificação de práticas sociais para cada sexo partilhada por toda a sociedade.

No setor metalmecânico

A questão de gênero no espaço fabril foi estudada por Antônia Egídia Souza (2000), que tomou por base o setor metalmecânico, especificamente uma indústria de compressores herméticos para refrigeração em Joinville, Santa Catarina. O setor está inserido no já mencionado processo de reestruturação da produção, a partir do qual foram intro-

duzidas inovações tecnológicas e organizacionais que afetaram particularmente as mulheres.

De acordo com essa autora, as mulheres não são predominantes nesse setor de atividade, mas estão concentradas nos postos menos qualificados, em que as tarefas são pequenas e repetitivas, como nos setores de pré-montagem e de estatores (este último exige maior atenção do/da trabalhador/a). Isso indica que as mulheres são aqui novamente valorizadas por sua atenção aos detalhes, habilidade manual e paciência, havendo nisso forte associação das atividades “taylorizadas” com a mão-de-obra feminina. No entanto, a repetitividade, a monotonia e o ritmo acelerado de trabalho trazem prejuízos à integridade física.

A pesquisa revelou, ainda, que as mulheres estão ausentes da operação de máquinas maiores ou das que exigem maior qualificação, o que foi justificado novamente pelos empregadores pelo fato de essas atividades exigirem força física.

Nessa empresa, as mulheres encontram dificuldades de romper a barreira existente entre os trabalhos destinados a cada sexo, incluindo a que se refere à ascensão profissional. Elas são pouquíssimas nos cargos de chefia e de prestígio. Essa dificuldade é devida tanto à menor qualificação da mão-de-obra feminina como ao fato de elas ocuparem postos que oferecem poucas possibilidades de crescimento.

No ramo automobilístico

O ramo automobilístico também vem sendo foco de estudos sobre a divisão sexual do trabalho. Recente pesquisa realizada por Consoni e Guimarães (2003), na região do ABC, estado de São Paulo, revela que a distribuição da força de

trabalho feminina no setor é heterogênea nos diversos segmentos do ramo, heterogeneidade que se verifica principalmente entre as montadoras de veículos automotores e as empresas de autopeças.

O estudo verificou que as mulheres se concentram no setor de autopeças, o qual é composto por empresas de vários tamanhos, diferentemente das montadoras, onde predominam as grandes empresas e a força de trabalho masculina. As autoras mostram que, nesse ramo de atividade, verifica-se atualmente um deslocamento dos postos de trabalho das grandes empresas para as menores (as de autopeças), devido ao maior uso de tecnologia nas empresas de maior porte e ao crescimento do número de pequenas empresas (através do processo de terceirização).

As autoras observaram que, embora haja maior concentração da força de trabalho feminina no setor de autopeças, a participação de mulheres nas montadoras, mesmo sendo baixa, é crescente, ao mesmo tempo em que, nas empresas de autopeças, o emprego feminino aparece mais vulnerável e mais sujeito às flutuações do mercado de trabalho do que o masculino. Além disso, as mulheres empregadas no setor de autopeças perdem mais postos nas empresas de maior porte, tendo maior participação nas menores.

O crescimento do número de pequenas empresas terceirizadas contribui para a manutenção do emprego feminino, mas, ao mesmo tempo, aumenta a precarização das relações de emprego no segmento das autopeças, com possível queda do rendimento médio.

Segundo Consoni e Guimarães, é possível verificar, ainda, nesse ramo, diferenciações sexuais de acordo com o tipo de atividade. Tanto nas montadoras como nas indústrias de

autopeças, a força de trabalho feminina divide-se entre as áreas de administração e de produção, enquanto mais de 70% da masculina está na de produção. Embora as mulheres ocupem cada vez mais postos nessa última área, Consoni (1998 *apud* Consoni e Guimarães, 2003) afirma que elas se concentram nas funções classificadas como semiqualficadas e não-qualificadas, isto é, naquelas que exigem pouca qualificação e curto período de treinamento da força de trabalho. A forte presença das mulheres em algumas dessas funções é condicionada pelo fato de estas requererem qualidades ditas “femininas”.

É importante notar que algumas funções, como as de gerência, diretoria, engenharia e as técnicas, e outras ocupações de nível técnico e superior, têm apresentado um aumento da participação feminina, embora ainda prevaleça fortemente a masculina. Nas montadoras, as mulheres vêm conquistando oportunidades de emprego em maior proporção e em ritmo mais intenso do que nas empresas de autopeças.

No que se refere às jornadas de trabalho, Consoni e Guimarães também constataram diferenças em relação ao sexo entre os dois setores. Nas montadoras, as mulheres realizam jornadas de trabalho mais curtas que as dos homens: 75% delas trabalham até 40 horas semanais, enquanto somente 46% dos homens o fazem. Já nas empresas de autopeças, elas apresentam jornadas de trabalho mais longas.

Confirmando a tendência apontada por Bruschini (2000), as autoras também encontraram, nesse ramo de atividade, um percentual maior de mulheres com maior escolaridade que a dos homens, tanto nas montadoras quanto nas fábricas de autopeças. Além disso, Consoni e Guimarães constataram que, nas montadoras, elas se concentram nas faixas de salário

mais elevadas, mas que isso não revela maior igualdade e reconhecimento da qualificação feminina, uma vez que os homens estão mais bem distribuídos em quase todos os grupos de qualificação, incluindo os de baixa qualificação, enquanto as mulheres estão concentradas em atividades de maior mas também de menor remuneração. Já no setor de autopeças, elas ganham significativamente menos que os homens.

Este estudo sobre a divisão sexual do trabalho no ramo automobilístico revela, portanto, as contradições e disparidades existentes entre as atividades realizadas pelas forças de trabalho feminina e masculina, mostrando, ainda, a distorção representada pela concentração feminina em postos de maior e de menor qualificação.

Na indústria química

Outro setor industrial estudado no intuito de compreender as desigualdades existentes entre as atividades exercidas por homens e mulheres é o setor químico. Guimarães e Consoni (2003) pesquisaram esse ramo na região do ABC, estado de São Paulo, e encontraram certas tendências na divisão sexual do trabalho e no emprego feminino semelhantes às do setor automobilístico.

As autoras estudaram dois segmentos do ramo: a indústria química moderna (que engloba as de produtos farmacêuticos e veterinários e as petroquímicas) e a indústria química tradicional (que compreende o conjunto das de perfumaria, sabões e velas e das de produtos de materiais plásticos).

Há diferenças importantes entre esses dois setores, que influenciam a divisão das tarefas e ocupações entre os sexos. Segundo as autoras, a indústria química tradicional apresenta

uma força de trabalho mais intensiva, processos de produção flexíveis e simplificados, predomínio de empresas de portes diferenciados (com maior presença das de pequeno porte) e possuem uma gama mais ampla de postos de trabalho pouco qualificados. Já a indústria química moderna está relacionada a produtos que implicam o uso intensivo de tecnologia, com processo de fabricação mais complexo, e concentra empresas de maior porte, com maior demanda de trabalhos especializados e mais qualificados.

Segundo Guimarães e Consoni, os homens estão mais presentes em ambos os setores, sendo que as mulheres ocuparam, entre 1989 e 1999, de 20% a 30% dos postos de trabalho no ramo químico do ABC. Ademais, comparando a presença da mão-de-obra feminina nos dois setores, nota-se que ela é maior nas indústrias químicas tradicionais, que, como mencionado, são as de menor porte, exigem menor qualificação e têm produção mais simples.

Nesse ramo, assim como no automobilístico, as autoras constataram que os trabalhadores têm, comparativamente com outros ramos, uma escolaridade mais elevada e principalmente que as mulheres superam os homens nesse aspecto. É nas indústrias modernas que se concentra o maior percentual de trabalhadoras com maior escolaridade. No entanto, nelas, como nas tradicionais, os homens ocupam os postos mais qualificados, como os de diretoria, gerência, engenharia e técnicos, embora se tenha verificado um pequeno crescimento do número de mulheres nesses cargos ao longo dos anos. Isso evidencia que a escolaridade mais alta da força de trabalho feminina não corresponde a uma maior participação dela em postos mais qualificados.

O estudo dessas autoras permite notar que, na indústria química tradicional, as mulheres se concentram em poucas etapas do processo de produção (na fabricação de produtos de plásticos e de borracha e em trabalhos manuais), que são classificadas como semiqualficadas e não-qualificadas, porque demandam pouca ou nenhuma qualificação técnica. Por outro lado, devido à sua posição nessas ocupações, as mulheres estão mais sujeitas às oscilações no emprego e às mudanças técnicas. Já na indústria química moderna, as mulheres vêm ocupando posições mais qualificadas. Entretanto, em ambos os tipos de indústria química, elas estão, em maior proporção que os homens, nas faixas de menor remuneração. Desse modo, apesar de haver uma tendência de crescimento da mão-de-obra feminina em postos de trabalho mais altos e de sua maior escolarização, elas recebem salários mais baixos em comparação com os dos homens empregados nesse ramo que ocupam cargos hierarquicamente semelhantes.

Esse estudo, ao focar o setor químico, evidencia que nele também se verificam as desigualdades entre os sexos nos postos de trabalho. E aponta, mais uma vez, para a tendência de bipolarização do trabalho feminino, ou seja, enquanto as mulheres se concentram em atividades menos qualificadas e nas empresas menores (as da indústria química tradicional), há um número maior de mulheres ocupando cargos mais qualificados (na indústria química moderna). Por outro lado, revela que, mesmo ocupando postos mais altos, elas continuam recebendo remuneração menor que a de homens de hierarquia semelhante.

Nos serviços de teletendimento

Diversos estudos têm dirigido sua atenção às profissões ligadas aos serviços de teleatendimento, indicando que elas são marcadas por uma acentuada presença de políticas de flexibilização que, associadas às tecnologias de informação, permitem maior exploração da força produtiva dos/as trabalhadores/as. Tomamos aqui por base as pesquisas de Nogueira (2006), Rosenfield (2007) e Venco (2003).

As pesquisas mencionadas demonstram que essa atividade é majoritariamente realizada por mulheres. Segundo Nogueira, elas compõem aproximadamente 70% dessa força de trabalho.

Nesse tipo de atividade, os/as profissionais estão sujeitos/as a uma forte pressão por parte de chefias, permanecendo sob constante observação e vigilância, o que é possível não apenas pela sua disposição em baias como também por mecanismos de escuta telefônica do atendimento oferecido. A posição dos/as atendentes nessas baias permite seu isolamento em relação aos/às demais. Aos profissionais geralmente são impostos metas e objetivos a serem alcançados e seus atendimentos e a execução de suas tarefas são fortemente controlados. As pausas durante o expediente são poucas e curtas e, muitas vezes, é necessária a autorização de um supervisor para que sejam feitas. Além disso, segundo Rosenfield, os/as teleoperadores/as permanecem o tempo todo sentados/as, presos/as ao fio do telefone, o que lhes impede a mobilidade. Os danos à saúde desses/as trabalhadores/as são, assim, intensos e constantes, variando de uma lesão física a altos índices de estresse e depressão.

Venco constatou que a preferência por mulheres nessas atividades deve-se ao fato de elas apresentarem as características ideais (isto é, aquelas consideradas culturalmente inerentes) para os serviços (paciência, tolerância, habilidade manual e

atenção), além de as pessoas se sentirem mais seguras ao falar e tratar com mulheres do que com homens.

Essa profissão é, portanto, marcada por um alto grau de exploração da força produtiva dos/as trabalhadores/as e pela precarização. Devido às condições de instabilidade e degradação do emprego, os/as teleatendentes acabam, muitas vezes, assumindo mais de um vínculo empregatício para complementação da renda.

Nogueira mostra, ademais, que, por estarem empregadas em tempo parcial, as teleoperadoras são levadas a assumir o trabalho doméstico. Assim, apesar de trabalharem em uma atividade extremamente exaustiva, como foi demonstrado, as mulheres são responsabilizadas pelas tarefas domésticas. Isso é comprovado por Dedecca, cuja pesquisa revela que, independentemente do tipo de jornada de trabalho e de estarem ou não inseridas no mercado de trabalho, as mulheres cumprem uma *jornada total* (incluindo a que fazem no mercado de trabalho, a destinada à família e a dedicada aos estudos) superior à dos homens.

Nos caixas de supermercado

Estudo recentemente realizado por Soares (2003) indica que a função de operador de caixa de supermercado é, no Brasil, majoritariamente realizada por força de trabalho feminina. Segundo esse estudo, as condições de precarização e de degradação do trabalho dessas mulheres são graves, uma vez que permanecem sentadas durante longas jornadas, que chegam a até 12 horas diárias.

Nessa atividade, cuja intensificação da produtividade é possível através de recursos tecnológicos, é exigida alta con-

centração (por se tratar de trabalho com dinheiro), atenção, agilidade e capacidade para realizar diversas tarefas ao mesmo tempo. O autor aponta que, além disso, essas profissionais precisam realizar um trabalho sexual, isto é, estão sujeitas desde a receber cantadas e insinuações sexuais até a utilização de uniforme *sexy*, e também são obrigadas a passar uma imagem agradável aos clientes e estar sempre sorrindo.

Os supermercados interligam dois tipos de atividade marcados profundamente pelo gênero feminino: além de incorporar grande quantidade da força de trabalho feminina (as operadoras de caixa), é um espaço onde se reproduz um importante trabalho doméstico (compras de supermercado).

Apesar de sua concentração na função de operadora de caixa e também na padaria, as mulheres não são a maioria dos trabalhadores do ramo nem daqueles que ocupam cargos de chefia. Segundo Soares, na Companhia Brasileira de Distribuição, as mulheres ocupavam, em 2000, 43% dos 50.106 empregos da empresa, mas apenas 222 (1%) ocupavam cargos de direção e chefia. Ou seja, nesse ramo de atividade há também uma hierarquia das profissões estabelecida pelas relações de gênero, que as associam tanto aos trabalhos “leves” como aos ligados à esfera doméstica, como padaria e farmácia. O autor conclui, portanto, que a mobilidade profissional no interior dos supermercados é muito difícil para as mulheres.

A profissão de operador de caixa de supermercado é marcada não só pelo aspecto de gênero, mas também pelo de raça/etnia, prevalecendo a contratação de mulheres brancas.

Outra dimensão da relação de gênero nesse ramo de atividade pode ser verificada pelo grau de exposição à violência a que as operadoras de caixa estão submetidas. Segundo Soares,

as mulheres estão mais expostas a formas de violência dos clientes do que seus colegas homens.

Para ocupar a função, os empregadores procuram mulheres jovens e sem filhos, pois estão mais desobrigadas do trabalho doméstico e têm, assim, maior disponibilidade para o trabalho profissional.

O estudo realizado por Soares leva a concluir que as condições de exploração da mão-de-obra e a precarização das condições de trabalho imperam nessa atividade, acarretando prejuízos para a vida das mulheres, como, por exemplo, a descontinuidade da vida escolar.

No setor bancário

O setor bancário vem, há alguns anos, sendo objeto de estudo focado na análise da inserção das mulheres nas atividades que apelam para uma alta tecnologia informacional. Este artigo é baseado nas pesquisas realizadas por Segnini (1999) e por Espósito e Fonseca (2002).

De acordo com Segnini, o setor apresenta um processo de feminização, mas também é marcado por uma forte contradição entre os sexos. A autora chama a atenção para a existência de divisões das tarefas de acordo com o sexo dos trabalhadores.

Espósito e Fonseca analisaram o setor bancário do Rio Grande Sul, no qual as mulheres chamam a atenção pelo elevado grau de escolarização.

De acordo com Segnini (1994, *apud* Espósito e Fonseca, 2002), constata-se uma crescente ascensão de mulheres na hierarquia das instituições bancárias. Elas começaram a adentrar nos bancos públicos na década de 1970, quando a

admissão e a seleção para os diversos cargos bancários passaram a ser feitas mediante concursos públicos.

Espósito e Fonseca revelam que a mencionada ascensão feminina para os cargos de gerência deveu-se a uma nova política administrativa segundo a qual as mulheres se encaixavam no corpo gerencial por seu perfil de educadoras. No entanto, essas autoras demonstram a existência de uma divisão desigual entre os sexos na ocupação dos cargos hierárquicos, ou seja, as mulheres tendem a ascender para os cargos gerenciais, enquanto os homens “permanecem expressivamente nos cargos administrativos de maior remuneração, responsabilidade e decisão, que se situam nos níveis central e logístico, respectivamente” (p. 4). Portanto, os homens estão em maioria nos postos de maior prestígio do setor bancário, sendo que as mulheres ocupam a maior parte dos cargos de operador de caixa e gerenciais.

Ainda segundo essas autoras, as mulheres tendem a não perceber a discriminação que pesa contra elas para a conquista de cargos de prestígio, o que expressa o caráter individualista das que ascendem profissionalmente no setor.

O fator impeditivo de ascensão feminina no setor está ligado também ao envolvimento e vínculo familiares das mulheres, os quais “acabam por restringir suas possibilidades e disponibilidades de dedicação ao trabalho, como normalmente exigem as funções decisórias dentro da empresa” (p. 4).

O predomínio feminino nesse tipo de atividade liga-se à “formação” adquirida no espaço doméstico. As características necessárias ao cumprimento de diversas funções do setor, como a capacidade de relacionamento e comunicação com o outro e, ao mesmo tempo, de trabalhar com diferentes produtos e serviços, são inerentemente vinculadas às mulheres.

Embora pareça que estejam se beneficiando da nova lógica do capital, com a crescente ocupação de postos de prestígio, Espósito e Fonseca afirmam que as bancárias ainda sofrem forte discriminação sexual, uma vez que as posições e os cargos que ocupam estão associados a certas características culturalmente atribuídas às mulheres. Ademais, elas acabam tendo enorme dificuldade de conciliar trajetória profissional com atividades domésticas, o que prejudica suas carreiras.

No setor de espetáculos e artes

Liliana Segnini (2007) realizou um estudo comparativo das relações de gênero na profissão de artistas e músicos, do Brasil e da França. Segundo essa pesquisadora, trata-se de uma categoria (profissionais de espetáculos e artes) que, em 2002, representava 0,26% dos ocupados no Brasil. Apesar de sua reduzida participação no mercado de trabalho, ela é marcada por uma acentuada precariedade e flexibilidade de contrato e por uma forte divisão sexual do trabalho.

Comparando o Brasil com a França, Segnini verificou características comuns a ambos.

Nos dois países, verificou-se um crescimento acelerado do número de artistas ligado a música e dança, acompanhado por uma redução no índice de trabalho formal, predominando, desse modo, o trabalho intermitente, frequentemente precário. Por outro lado, nessas profissões prepondera a ausência de direitos trabalhistas.

Segnini mostra, ainda, que há uma clara divisão entre os sexos nessas profissões: na dança, as mulheres são predominantes, enquanto, na música, os homens. Essa divisão se transforma em desigualdades entre os sexos em relação ao

tipo de contrato de emprego na música e na dança. Assim, segundo Segnini:

“na dança, o número restrito de homens possibilita que o ingresso e ascensão na carreira lhes sejam facilitados; na música, ao contrário, o número menor de mulheres significa maiores dificuldades para elas, observadas no Brasil e na França” (p. 19).

A pesquisa elucidada que, mesmo naquelas profissões estatisticamente minoritárias e que muitas vezes permanecem despercebidas nos estudos sociológicos, a divisão sexual do trabalho é também um imperativo.

Na educação de ensino médio

Recente pesquisa realizada por Aparecida Neri de Souza (2007) mostra que, embora o magistério seja comumente considerado uma “profissão feminina”, nele também se verificam processos de exclusão e de diferenciação sexual nas atividades exercidas.

Esse estudo de Souza abrangeu professores e professoras de escolas técnicas do estado de São Paulo e de liceus polivalentes na região parisiense. A autora mostra que a função é acentuadamente ocupada por mulheres: 78,2% do total de professores brasileiros são mulheres. As diferenças sexuais aparecem, porém, quando se analisam os setores (público e privado) em que a profissão é exercida e os níveis de formação oferecidos aos alunos. O percentual de mulheres é maior no setor público e um pouco menor no setor privado, e elas estão mais presentes nas escolas de nível básico do que nas profissionais e técnicas. Nestas últimas, as mulheres se concentram

nas disciplinas de formação geral e nos cursos considerados “feminilizados”, como de enfermagem ou de alimentos.

Segundo Souza, a profissão de professor apresenta uma hierarquia em que o sexo é determinante. Apesar de as mulheres serem maioria, são os homens que ocupam as posições mais elevadas nas escolas e que estão mais presentes nas disciplinas escolares que exigem um nível mais elevado de formação. Isso, segundo a autora, pode estar associado ao aumento do desemprego, de onde decorre que os homens com formação universitária passaram a considerar a carreira de professor como uma ocupação principal, e não mais como um trabalho temporário.

A pesquisa revela ainda que, embora essa profissão apresente um nível elevado de formalidade, uma vez que 84% dos professores possuem um contrato formal de trabalho, ela caminha para uma maior informalidade, devido às políticas de flexibilização e à conseqüente precarização dos empregos.

Na universidade

O estudo realizado por Souza (2007), do qual acabamos de tratar, mostra que a profissão docente no Brasil é composta majoritariamente por mulheres, mas que, na hierarquia dessa carreira (nas escolas técnicas e de nível superior), elas se encontram em desvantagem.

Em uma pesquisa focada exclusivamente nas professoras universitárias, Fabbro (2006) constatou uma dificuldade encontrada por essas profissionais, que as toca justamente por serem do sexo feminino e que diz respeito à conciliação da “vida intelectual superior” com a maternidade.

Essa autora procurou analisar essa conciliação entrevistando cinco professoras de uma universidade pública do interior de São Paulo, com idade média de 45 anos.

De acordo com Fabbro, essa profissão oferece às mulheres a oportunidade de uma realização profissional e lhes confere um sentido particular de honra e de afirmação de si como indivíduos, mas também requer delas uma ampla dedicação.

A autora mostra que um certo mito da “mulher bem-sucedida” faz com que essas profissionais passem a exigir de si mesmas que sejam fortes, conquistem o sucesso profissional e sejam, também, mães exemplares. No entanto, a maternidade gera um conflito em suas vidas, pois a subordinação ao universo familiar e relacional pode interferir em sua carreira profissional, abalando-a.

Na administração de empresas

Estudo realizado por Betiol (2000), com mulheres formadas em Administração de Empresas em uma instituição de ensino no município de São Paulo, procurou analisar como se dá sua inserção no mundo do trabalho e em uma função tradicionalmente exercida por uma maioria de homens.

De início, a autora chama a atenção para o número crescente de mulheres que têm adentrado nessa carreira. As entrevistadas apresentaram elevada formação acadêmica (pós-graduação profissionalizante) e grande conhecimento de línguas estrangeiras, além de certas características inerentes consideradas favoráveis a seu desenvolvimento profissional, como maior sensibilidade para lidar com o dia-a-dia do trabalho, percepção e intuição mais desenvolvidas e maior habilidade para tratar de problemas emocionais do grupo.

Apesar do reconhecimento e da valorização, pelos empregadores, da competência técnica e das habilidades pessoais das mulheres, isso não se reflete em uma inserção maior nos postos de prestígio da instituição nem em igualdade salarial relativamente aos homens. As médias salariais encontradas pela pesquisadora apresentaram uma diferença de quase 50% favorecendo os homens. Por outro lado, quando ocupam postos mais altos na hierarquia da instituição, elas recebem salários inferiores aos dos homens na mesma função.

A pesquisa realizada por Betiol evidencia que, embora as mulheres estejam cada vez mais presentes nesse tipo de atividade, elas ainda deparam com uma série de barreiras em sua trajetória profissional.

Nas investigações científicas e tecnológicas

Pesquisa realizada por Munder et alii (2004), em torno das profissões voltadas às investigações científicas e tecnológicas no Brasil, revela que é crescente o número de mulheres nessas atividades. Contudo, é recente a entrada delas na atividade, o que é evidenciado pelo fato de que seu número é maior dentre os profissionais de menor faixa etária quando comparado àqueles de idade mais avançada.

Segundo a pesquisa, as mulheres se concentram nas áreas de ciências humanas, seguidas pelas de ciências da saúde, biológicas, letras e artes. Já os homens predominam nas áreas de ciências exatas, engenharia e computação. As autoras revelam, porém, que, mesmo nas áreas em que as mulheres estão em maior quantidade, a diferença numérica entre os sexos diminui à medida que avança a hierarquia e a titulação da carreira, de modo que o número de doutoras nessas áreas

é menor. Essa diferença na titulação se torna ainda maior nas áreas em que há maior concentração de homens. De acordo com a pesquisa, as mulheres acabam não dando prosseguimento à carreira profissional por motivos familiares (como a responsabilidade doméstica e com os filhos) ou por não suportarem a pressão da competição existente nessas atividades.

Na engenharia

Bittencourt (2006) estudou as relações de gênero na profissão de engenheiro/a, na qual os homens constituem a maioria e, embora as mulheres venham conquistando espaço, este ainda é um campo profissional em que elas sofrem uma série de discriminações.

Segundo essa autora, o campo da engenharia é marcado por características que acabam por moldar profissionalmente os indivíduos, como competitividade, objetividade, individualismo, frieza e rigidez disciplinar. Essas são características culturais e socialmente vinculadas à masculinidade.

Os cursos de engenharia exigem muito esforço, raciocínio lógico e dedicação exclusiva, os quais são vistos como atributos masculinos. Conforme Bittencourt, pelo fato de serem consideradas menos competitivas que os homens, as mulheres são vistas como menos capazes nessa área. Ademais, a autora assinala que a mulher, muitas vezes, ao alcançar posição de prestígio na faculdade, tem o sucesso justificado por características de conotação sexual, como a sedução e a beleza, quando as possuem.

No setor de aviação

As dificuldades de gênero encontradas pelas mulheres em profissões que envolvem um intenso aparato científico e tecnológico foram constatadas também por Fay e Oliveira (2006), ao analisarem a carreira de piloto de aeronaves, no setor de aviação.

A aviação é, historicamente, um espaço masculino. A aceitação de mulheres como pilotos de aeronave é recente, tendo ocorrido a partir do final da década de 1980, sendo que uma grande empresa brasileira só a permitiu em meados dos anos 90. Também nessa profissão a mulher esbarra no obstáculo de conciliar o trabalho com a maternidade.

Segundo as autoras, muitas mulheres acabam por recorrer a características tipicamente masculinas para adentrar na profissão, e permanecem sob constante pressão, uma vez que a competição profissional lhes é mais desfavorável, devido a uma série de preconceitos culturais.

No serviço social

O serviço social foi apontado por Mirales (2006) como um importante objeto de estudo para a compreensão das relações sociais de sexo, já que constitui um campo composto majoritariamente por mulheres.

Esta é uma profissão baseada nas tarefas de cuidado e de atenção que, como já mencionado, são consideradas cultural e historicamente inerentes às mulheres.

No entanto, elas não apenas estão em maioria no setor, mas também são o alvo principal das próprias políticas sociais com que as profissionais de serviço social trabalham. Isso é explicado pela autora como fruto das desigualdades encontradas por elas no mercado de trabalho. Mirales apóia-se

em Hirata (2002) para mostrar que as mulheres, quando inseridas no mercado de trabalho, encontram-se em postos inferiorizados e improdutivos, o que torna necessária a adoção de políticas sociais para amenizar as condições de desigualdade de gênero ampliadas pela própria incorporação das mulheres no mundo produtivo.

Na área da saúde (enfermagem e medicina)

Diversos estudos voltados às profissões da área da saúde apontam diferenciações entre as masculinas e as femininas, entre saber técnico e saber “natural”, que se baseiam em uma relação de poder. Entre esses estudos estão os de Lopes (1996a e 1996b) e Fonseca (1996).

As pesquisas focadas no campo da enfermagem indicam um predomínio numérico de trabalhadoras. Segundo Lopes (1996a), isso é explicado pelo fato de o “cuidado” ser considerado um atributo tipicamente feminino, adquirido na esfera doméstica, ou seja, os saberes são aprendidos na socialização da mulher. Desse modo, a autora ratifica a observação, feita em vários outros estudos, de que as mulheres aparecem como mais propensas a certas profissões por serem consideradas “naturalmente” qualificadas para elas.

Ao analisar a área da saúde em geral, Fonseca aponta diversas dicotomias que são imperativas, como as de tratar e cuidar, médicos e enfermeiras, medicina e enfermagem, saberes de homens e saberes de mulheres. Estas estão na base da diferenciação das práticas adotadas pelos profissionais de cada sexo, a partir de uma estruturação e hierarquização que se iniciam enquanto sujeitos sexuados e se propaga até o exercício das atividades.

O olhar atento desses estudos à dinâmica das atividades realizadas dentro do próprio hospital revela, assim, as diferenciações existentes entre homens e mulheres, baseadas em uma relação de subordinação destas em relação aos primeiros. No hospital, elas são maioria nos serviços de hotelaria, alimentação, assistência social, terapia ocupacional, cozinha, assim como nos postos de menor qualificação dos serviços administrativos e na enfermagem, sendo essas atividades vinculadas aos saberes naturais das mulheres e menos reconhecidas tecnicamente.

Portanto, a diferenciação entre as atividades se baseia tanto na divisão sexual do trabalho quanto na sociotécnica. De acordo com Lopes (1996b), a profissão de médico é mais valorizada, não apenas pelo saber técnico que exige, mas também por ser um trabalho masculino. Na verdade, essas duas esferas são articuladas e determinadas uma pela outra. Essa valorização se estabelece pelo fato de o conhecimento médico estar vinculado à noção de tratamento, que remete à cura, à técnica, à legitimidade científica, enquanto a enfermagem está ligada ao cuidado e, assim, ao controle, às necessidades básicas, às práticas invisíveis, à desvalorização e às enfermeiras.

Percebe-se, por esse quadro, que essas profissões estão baseadas em uma relação de subordinação e de dependência das enfermeiras em relação ao saber médico; da mulher em relação ao homem.

Na enfermagem, especificamente

Estudos voltados exclusivamente para o campo de trabalho da enfermagem apontam que ele é composto por aproximadamente 90% de mulheres, sendo historicamente consti-

tuído não apenas pela noção do cuidado, mas também pelos princípios de devotamento e benevolência.

Aqui novamente tomamos como base os estudos de Fonseca (1996) e Lopes (1996b). Esses estudos revelam que, nessa profissão, são exigidas qualidades como paciência, perspicácia, autocontrole, lealdade, obediência, organização, disciplina, integridade, docilidade, rapidez, prontidão, entre outras características consideradas inatas e naturais das mulheres. Desse modo, para Fonseca, o cuidar aparece como trabalho de mulher e, portanto, é uma prática social sexuada.

Como constatou Lopes, os homens que participam dessa profissão normalmente o fazem apelando para as necessidades de uso de força física, em certas situações, e de trabalho noturno. Muitos enfermeiros usam essa profissão como uma situação de passagem, temporária, até encontrarem um emprego melhor. Já para muitas mulheres, o hospital funciona como um lugar de construção de sua carreira, mesmo que nunca alcancem postos de trabalho valorizados.

Lopes aponta uma diferenciação no próprio trabalho das mulheres na área do cuidado, encontrada na oposição entre enfermeiras universitárias e atendentes de enfermagem. As enfermeiras universitárias (re)hierarquizam e reestruturam as atribuições de outras categorias profissionais, como a de atendentes. Estas últimas realizam o trabalho não-técnico junto ao paciente, que inclui os serviços de higiene e de alimentação. Aqui, mais uma vez, aparece a desigualdade entre saber técnico e não-técnico, somada à de classe social. Segundo Lopes, as atendentes são normalmente trabalhadoras de classes sociais em que o cotidiano é composto por tarefas de menor prestígio.

Esses estudos sugerem que a profissão de enfermagem é majoritariamente exercida por profissionais do sexo feminino, devido às relações de gênero prevalentes nas sociedades, que determinam a atribuição de certas práticas sociais às mulheres, as quais são, por isso, mais desvalorizadas que aquelas destinadas aos homens.

Na medicina, especificamente

Um estudo realizado por Santos (2004) abrange as relações de gênero na área médica, mostrando que, embora nela os homens sejam maioria, atualmente verifica-se um processo de feminização, com um aumento da mão-de-obra feminina. A autora cita dados de Machado (1997), de acordo com os quais, nos anos 40, as mulheres ocupavam 1% do contingente de médicos e, já no final dos anos 90, elas representavam 35% dessa categoria profissional.

Apesar desse aumento da mão-de-obra feminina, Santos constatou que os cargos mais elevados e prestigiados da hierarquia profissional são ocupados por homens, concluindo que o gênero determina a forma de estruturação da carreira médica, seja no percurso da trajetória profissional, seja na própria opção pela área de especialização. Assim, as mulheres se concentram mais em áreas como psiquiatria, gineco-obstetrícia e dermatologia, e os homens, nas de cirurgia, cardiologia e ortopedia-traumatologia, embora muitas mulheres estejam, hoje, especializando-se na área cirúrgica ou cardiológica.

Além disso, a autora mostra que os homens atuam mais frequentemente em áreas de maior prestígio da carreira, como no ensino, na cirurgia e na administração, enquanto

as mulheres tendem a se concentrar na área de pesquisa científica e no trabalho clínico junto aos pacientes.

Segundo Santos, os homens possuem normalmente mais de um vínculo empregatício, o que contribui para obterem uma renda mais elevada que a das mulheres. Estas parecem ter apenas um vínculo empregatício, pois dividem sua carreira profissional com os cuidados com os filhos e com o trabalho doméstico.

Por esse mesmo motivo, elas atuam menos nos plantões médicos e no atendimento de casos de emergência. Ademais, tendem também a participar menos de eventos científicos, devido a essa menor disponibilidade de tempo. A autora afirma que a dificuldade das médicas de conciliar carreira profissional com atividade doméstica e familiar é maior à medida que aumenta o número de filhos, o que reduz seu número no mercado de trabalho.

O estudo de Santos revela, ainda, que as médicas não apenas estão em menor número nos postos de chefia, como tendem a demorar mais que os homens para os alcançarem. Isso significa que as mulheres são obrigadas a se dedicar e a se esforçar mais para comprovar sua qualidade e ascender nessa carreira profissional. A percepção da desigualdade entre os sexos nessa carreira é elevada entre as médicas, mas insignificante entre os colegas do sexo masculino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, diversos estudos vêm sendo realizados sobre a divisão sexual do trabalho. De modo geral, os estudos tratados neste texto atentam para as transformações que o campo do trabalho está sofrendo e procuram compreender

as implicações dessas mudanças nas relações estabelecidas entre os sexos em determinadas carreiras profissionais.

A política econômica neoliberal leva à redução do custo da produção, inclusive por meio da maior exploração da força de trabalho, como forma de aumentar a produtividade. O desenvolvimento de tecnologias e as políticas de flexibilização são essenciais para o alcance desse objetivo.

As novas formas de produção que emergem nesse contexto acarretam alterações na divisão do trabalho e levam ao estabelecimento de novas formas de relação social. Tudo isso afeta diretamente as mulheres, cuja expressiva participação no mercado de trabalho não pode ser dissociada do fato de que o próprio capitalismo se adapta para incorporá-las de forma precarizada e barata.

Desse modo, as mulheres ocupam hoje grande parte dos trabalhos informais e em tempo parcial, o que permite ao capitalista expropriar a parte mais intensa da produção da força de trabalho, ao mesmo tempo em que abre para elas a possibilidade de conciliar trabalho doméstico e trabalho profissional, como é o caso das teleoperadoras.

Outra estratégia que permite essa conciliação é o trabalho em domicílio, como o das costureiras. Esse tipo de atividade é apontado como positivo para as mulheres, pois lhes propicia a possibilidade de participar do mercado de trabalho sem serem impedidas de cumprir suas responsabilidades domésticas, especialmente com os filhos. No entanto, ele é marcado por um elevado grau de precarização e de instabilidade para as trabalhadoras, ao mesmo tempo em que favorece o empregador, pois lhe permite reduzir os custos da produção.

A dificuldade de conciliação do trabalho profissional com o doméstico apareceu em diversas pesquisas como o grande obstáculo encontrado pelas mulheres na ascensão profissional, como na medicina, no setor bancário, entre outros, constituindo importante diferencial nas relações de gênero.

No contexto de mudança dos processos de produção, o desenvolvimento de novas tecnologias parece afastar as mulheres de certos postos de trabalho, como ocorre no setor calçadista.

Segundo Antunes (1999, *apud* Espósito e Fonseca, 2002):

“o capital reconfigurou uma nova divisão sexual do trabalho. Nas áreas onde é maior a presença de capital intensivo, de maquinário mais avançado, predominam os homens. E nas áreas de maior trabalho intensivo, onde é maior ainda a exploração do trabalho manual, trabalham as mulheres” (p. 5).

Assim, as características culturalmente femininas aparecem como determinantes para os tipos de atividade das mulheres e para o seu desenvolvimento profissional.

Os trabalhos aqui apresentados parecem evidenciar que a diferenciação sexual para o exercício das diversas atividades não sofreu alterações significativas. Mesmo nas profissões que vêm crescentemente incorporando força de trabalho feminina, as desigualdades entre os sexos persistem e moldam a trajetória profissional das mulheres.

Desse modo, o sistema de gênero, que atribui características e práticas sociais diferenciadas a homens e mulheres, e no qual elas estão em desvantagem, atua no campo do trabalho diferenciando as trajetórias profissionais dos sexos. Ao mesmo tempo, as relações sociais de gênero determinam as carreiras profissionais das mulheres, as quais são prejudicadas de diver-

sas formas, especialmente pela responsabilidade a elas atribuída em relação ao trabalho doméstico. Portanto, as relações sociais de sexo e a divisão do trabalho estão intrinsecamente relacionadas, como reiteram as pesquisas aqui apresentadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- BENERÍA, Lourdes. *Gender, development and globalization: economics as if all people mattered*. London-New York: Routledge, 2003.
- BETIOL, Maria Irene Stocco. *Mulher executiva: a alteridade no mundo sistêmico*. In: III Encontro Regional de Estudos do Trabalho, Recife, 2000.
- BITENCOURT Silvana Maria. *Engenharia e mulheres: um diálogo entre a cultura da engenharia e relações de gênero no Centro Tecnológico da UFSC*. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 7; gênero e preconceitos, 2006, Florianópolis. Anais do Seminário Fazendo Gênero 7, 2006.
- BRANCO, Adélia de Melo; VAINSENER, Semira Adler. *Imprescindíveis e discriminadas: mulher e trabalho na fruticultura do Vale do São Francisco*. In: III Encontro Regional de Estudos do Trabalho, Recife, 2000.
- BRUSCHINI, Cristina. Gênero e trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação? (Brasil, 1985/95). In: ROCHA, Maria Isabel Baltazar da (org). *Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios*. Campinas: Abep, Nepo/Unicamp e Cedeplar/UFMG/ São Paulo: Ed. 34, 2000.
- CONSONI, Flavia Luciane; GUIMARÃES, Nadya Araújo. Os motores do crescimento econômico e a produção de desigualdades sociais: problemas de equidade na indústria automobilística do ABC. In: GUIMARÃES, Nadya A. e LEITE, Márcia de Paula.

- Gestão local, empregabilidade e equidade de gênero e raça*. Relatório final, Fapesp/Cebrap, 2003.
- CUNHA, Auri Donato da Costa. *Relações de gênero, uso de tecnologias e qualificação de mão-de-obra na fruticultura*. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 7; gênero e preconceitos, 2006, Florianópolis. Anais do Seminário Fazendo Gênero 7, 2006.
- CUNHA, Gabriela; FUENTES, Fernanda. “Mulheres, trabalho e globalização: gênero como padrão determinante nos padrões globais de desigualdade”. *Revista Ártemis*, n. 4, jul. 2006.
- DEDECCA, Claudio Salvadori. *Regimes de trabalho, uso do tempo e desigualdade entre homens e mulheres*. In: Seminário Internacional Mercado de Trabalho e Gênero: comparações Brasil França, 2007, São Paulo e Rio de Janeiro.
- ESPÓSITO, Kathy Helena; FONSECA, Tania M. Galli. “Relações de gênero no setor bancário: outras pulsações?” *Mulher e Trabalho*, Porto Alegre, p. 129-139, 2002.
- FABBRO, Marcia Regina Cangiani. *Mulher e trabalho: problematizando o trabalho acadêmico e a maternidade*. Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas, 2006.
- FAY, Claudia Musa; OLIVEIRA, Genecy Guimarães. *Mulheres na cabine de comando: vencendo preconceitos e ocupando espaços masculinos*. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 7; gênero e preconceitos, 2006, Florianópolis. Anais do Seminário Fazendo Gênero 7, 2006.
- FONSECA, Tânia Mara Galli. De mulher enfermeira: conjugando trabalho e gênero. In: LOPES, Marta Julia Marques; MEYER, Dagmar Estermann; WALDOW, Vera Regina (orgs.). *Gênero e saúde*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- GUIMARÃES, Nadya Araújo; CONSONI, Flavia Luciane. A química das desigualdades: problemas de equidade no trabalho em indústrias químicas do ABC. In GUIMARÃES, Nádyia A. e LEITE,

- Márcia de Paula. *Gestão local, empregabilidade e equidade de gênero e raça*. Relatório final, Fapesp/Cebrap, 2003.
- HIRATA, Helena. *Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. *Division sexuelle du travail professionnel et domestique: evolution de la problématique et paradigmes de la "conciliation"*. In: Seminário Internacional Mercado de Trabalho e Gênero: comparações Brasil França, 2007, São Paulo e Rio de Janeiro.
- HOSCHSCHILD, Arlie Russell. Global Care Chains and Emotional Surplus Value. In: GIDDENS, Anthony & HUTTON, Will (eds.). *Global capitalism*. The New Press: New York, 2000.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *As mulheres no alvo das políticas públicas brasileiras*. Disponível em: http://www1.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=605eid_pagina=1. Acesso em 23/06/2007.
- KERGOAT, Danièle. “Da divisão do trabalho entre os sexos”. In: HIRATA, Helena (org.). *Divisão capitalista do trabalho. Tempo social*, 1(2): 73-103, 2.º sem. 1989.
- LAVINAS, Lena; SORJ, Bila. O trabalho a domicílio em questão: perspectivas brasileiras. In: ROCHA, Maria Isabel Baltazar da (org.). *Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios*. Campinas: Abep, Nepo/Unicamp e Cedeplar/UFMG/São Paulo: Ed. 34, 2000.
- LEITE, Márcia de Paula. *Tecendo a precarização: gênero, trabalho e emprego na indústria de confecções em São Paulo*. In: XXVIII Encontro Anual da Associação de Pós-graduação em Ciências Sociais, Minas Gerais, Brasil, 2004.
- LEITE, Márcia de Paula; SHIROMA, Eneida. “Novas tecnologias, qualificação e capacitação profissional: tendências e perspectivas na indústria metalúrgica”. *Em Aberto – Educação, trabalho e desenvolvimento*, 15(65): p. 83-103, jan./mar., 1995.

- LOPES, Marta Julia Marques. Divisão do trabalho e relações sociais de sexo: pensando a realidade das trabalhadoras do cuidado de saúde. In: LOPES, Marta Julia Marques; MEYER, Dagmar Estermann; WALDOW, Vera Regina (orgs.). *Gênero e Saúde*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996a.
- . O sexo do hospital. In: LOPES, Marta Julia Marques; MEYER, Dagmar Estermann; WALDOW, Vera Regina (orgs.). *Gênero e Saúde*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996b.
- MIRALES, Rosana. “Desigualdades de gênero e formação do assistente social”. *Revista Alamedas – Revista Eletrônica do NDP*, 1(1), jan./jun. 2006
- MUNDER, Irmtraud; TÖPSCH, Karin; TINSEL, Íris; CARVALHO, Marília Gomes; HATAKEYAMA, Kazuo; SILVA, Nanci Stancki. *Mujeres y estudios técnicos, conceptos compatibles? Tentativa de una comparación intercultural entre Alemania y Brasil*. In: V Congreso Iberoamericano “Ciencia, Tecnología y Género”, México, 2004.
- NEVES, Magda de Almeida. Reestruturação produtiva, qualificação e relações de gênero. In: ROCHA, Maria Isabel Baltazar da (org.). *Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios*. Campinas: Abep, Nepo/Unicamp e Cedeplar/UFMG/São Paulo: Ed. 34, 2000.
- NOGUEIRA, Claudia Mazzei. *O trabalho duplicado: a divisão sexual no trabalho e na reprodução; um estudo das trabalhadoras do telemarketing*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- NUNES, Jordão Horta; CAMPOS, Andréia Ferreira. “O setor de confecções em Goiânia: análise da relação entre trabalho doméstico e trabalho domiciliar”. *Sociedade e Cultura*, 9 (2): 237-255, jul./dez. 2006.
- ROSENFELD, Cínara Lerrer. *Construção da identidade no trabalho em call centers: a identidade provisória*. In: V Congreso Latinoamericano de Sociología del Trabajo, Montevideo, Uruguay, 2007.

- SANTOS, Tania Steren dos. *Carreira profissional e gênero: a trajetória de homens e mulheres na medicina*. In: 28.º Encontro Anual da Anpocs 2004, Caxambu.
- . “Divisão sexual do trabalho na indústria calçadista do Vale dos Sinos, Rio Grande do Sul”. *Mulher e Trabalho*, 6:59-74, 2006.
- SEGNINI, Liliana R. P. “Reestruturação nos bancos no Brasil: desemprego, subcontratação e intensificação do trabalho”. *Educação e Sociedade*, ano XX, n. 67, ago. 1999
- . *Relações de gênero nas profissões artísticas: comparação Brasil-França*. In: Seminário Internacional Mercado de Trabalho e Gênero: comparações Brasil França, 2007, São Paulo e Rio de Janeiro.
- SILVA, Nanci Stancki; GITAHY, Leda Maria Caira. *Divisão sexual do trabalho e segregação feminina na indústria de linha branca*. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 7, 2006, Florianópolis. *Fazendo Gênero 7: gênero e preconceitos*, v. 1, p. 1-7, 2006.
- SOARES, Ângelo. *Trabalhar nos paraísos de consumo: o caso das caixas de supermercados*. In: GUIMARÃES, Nádyá A. e LEITE, Márcia de Paula. *Gestão local, empregabilidade e equidade de gênero e raça*. Relatório final, Fapesp/Cebrap, 2003.
- SOUZA, Antônia Egídia. *Gênero no espaço fabril: estudo de caso no setor metalmecânico de Santa Catarina*. In: III Encontro Regional de Estudos do Trabalho, Recife, 2000.
- SOUZA, Aparecida Neri de. *Condições de trabalho na carreira docente: comparação Brasil-França*. In: Seminário Internacional Mercado de Trabalho e Gênero: comparações Brasil França, São Paulo e Rio de Janeiro, 2007.
- VENCO, Selma Borghi. *Telemarketing nos bancos: o emprego que desemprega*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

A MERCANTILIZAÇÃO DO CORPO E DA VIDA DAS MULHERES

ALINHAVANDO REFLEXÕES

Maria Lúcia Silveira*

Começamos nossa reflexão fazendo referência a uma obra original e de grande impacto nas ciências sociais, publicada originalmente em 1944, que apóia nossa persistência na crítica ao neoliberalismo. Trata-se de *A grande transformação – As origens de nossa época*, de Karl Polanyi (1988).

Nessa obra, Polanyi analisa a revolução liberal no mundo ocidental, no século XIX. Ele demonstra que os princípios da teoria econômica liberal, baseados na economia de mercado, e suas conseqüências no século XX, nunca foram tão liberais assim. Houve condições sociais específicas e políticas especiais que deram origem à “fé verdadeira na salvação do homem através do mercado auto-regulável”: o padrão ouro internacional, que permite o comércio e as transações financeiras internacionais; o mercado auto-regulável; e o Estado liberal não-intervencionista. São instituições que, equilibradas por um tempo determinado, nada tinham que ver com a “mão invisível” dos interesses do *homo economicus* e que dependeram de um pacto político internacional intervencionista de um sistema financeiro integrado para garantir a vigência do padrão ouro (Schwartzman, 1980). Esse equilíbrio

* Socióloga e colaboradora da SOF.

nada “natural”, como reza a cartilha econômica liberal, foi rompido nos anos 20 e 30 do século XX. As teorias econômicas vão definindo a primazia do mercado.

Polanyi procurou evidenciar, em pesquisas históricas e antropológicas, que a atividade econômica no passado esteve embutida e integrada em outras atividades sociais, e que o predomínio do mercado não é algo natural, mas um fenômeno moderno:

“[...] a história e a etnografia conhecem várias espécies de economia, a maioria delas incluindo a instituição do mercado, mas elas não conhecem nenhuma economia anterior à nossa que seja controlada e regulada por mercados, mesmo aproximadamente” (p. 66).

O autor argumenta que a ordem na produção e distribuição se dava por dois princípios: reciprocidade e redistribuição. Podemos, então, considerar a proposta de *paradigma da sustentabilidade da vida*, defendida por Cristina Carrasco, como tendo validade teórica e histórica de longa duração no passado, sendo, portanto, uma utopia realista.

Em seu estudo aprofundado do liberalismo econômico, Polanyi afirma:

“Foi somente nos anos 1820 que ele [o liberalismo econômico] passou a representar os 3 dogmas clássicos: o trabalho deveria encontrar seu preço no mercado, a criação do dinheiro deveria se sujeitar a um mecanismo automático, os bens deveriam ser livres para fluir de país em país, sem empecilhos ou privilégios. Em resumo, unir mercado de trabalho, o padrão ouro e o livre-comércio” (p. 141).

Logo a seguir, ele acrescenta que: “até mesmo o *laissez faire*, o livre comércio e a competição exigiam a intervenção para poder funcionar” (p. 153).

Polanyi considera que só uma sociedade verdadeiramente democrática, como deveria ser a socialista, pode subordinar o mercado à sociedade. O autor tinha um tom otimista, embora cauteloso; não imaginava a vigência da atual ordem internacional, que despreza as análises dos teóricos marxistas, partindo de Marx, em *Manuscritos econômicos-filosóficos* (1992), de que o ser humano é um ser social, antes de um ser econômico (ver Lukács, 1969, por exemplo).

Depois dessa reflexão inicial, podemos nos deter nas análises que a teoria crítica faz, retomando a teoria marxista do fetichismo da mercadoria na sociedade capitalista, lembrando também da frase inicial de Marx, no primeiro capítulo de sua obra *O capital*, sobre ser a sociedade capitalista um imenso “arsenal de mercadorias”.

O fetichismo que impregna a forma mercadoria cria a ilusão de que as coisas têm valor em si, escondendo o essencial: que nelas estão investidos produtos do trabalho humano. Esse processo de as coisas se relacionarem entre si como se tivessem vida e de as pessoas passarem a ser vistas como coisas ou de se relacionarem como tais foi se generalizando cada vez mais, desde que Marx o descreveu no primeiro capítulo de *O capital*:

“Uma relação social definida, estabelecida entre homens, assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. [...] É o que acontece com os produtos da mão humana, no mundo das mercadorias. Chamo a isto de fetichismo, que está sempre grudado aos produtos do trabalho, quando são gerados como mercadorias” (1975: p. 81).

Nesse aspecto, detém-se o conceito de *reificação* (o processo de tornar coisa), que se refere ao processo de transformação de todas as relações em relações entre coisas, mais precisamente à expansão da mercantilização a todas as esferas da vida. Tema caro esse à teoria crítica da sociedade, tratado pela Escola de Frankfurt. Por exemplo, Adorno, quando trata da indústria cultural, mostra como o capitalismo transformou a cultura e a arte contaminando-as com a lógica da mercadoria.

A essência da estrutura mercantil, das condições sociais e econômicas do capitalismo moderno, é o fato de uma relação entre as pessoas assumir um caráter de “coisa”, uma objetividade ilusória, dotada de uma lógica própria, que esconde seu aspecto mais fundamental: seu aspecto de relação social.

Segundo Lukács (1969), a mercadoria só pode ser entendida em sua essência “como categoria universal do ser social total”, que define não só a evolução concreta da sociedade, mas também a consciência das pessoas a respeito desta. A consciência está submetida às formas da “coisificação” (*reificação*). O resultado da relação mercantil é que a relação entre pessoas permanece escondida, e o que vemos em seu lugar é a relação fantasmagórica entre coisas que parecem se mexer sozinhas – as mercadorias e seu movimento no mercado. Isso transparece hoje na forma como a questão da pobreza é abordada nos discursos das instituições financeiras multilaterais: como um problema objetivo, desconectado das políticas dessas mesmas instituições, a ser reduzido ou erradicado como uma doença. Essa naturalização e criação de um objeto de lógica interna independente oculta o caráter mais essencial da pobreza – não uma relação de bens, mas uma relação desigual e opressiva entre pessoas.

O fenômeno de *reificação* separa as pessoas de sua própria atividade: nosso trabalho e, por extensão, nossa ação no mundo nos parecem constantemente dominados por leis alheias, as leis de circulação das coisas no mercado. Toda mulher, às vezes, não se surpreende pensando que não faz idéia da razão por que tem de ter “boa aparência” e flexibilidade para conseguir qualquer emprego? Os critérios de beleza e capacidade, e daquilo que queremos ser estão sendo determinados, nesse caso, pelo mercado de trabalho. É claro que essas “leis das coisas como são” podem até ser conhecidas e mesmo usadas por um indivíduo para levar alguma vantagem, mas permanecem irremediavelmente alheias, dotadas de um poder próprio intransponível. A ordem do mercado pode até mesmo ser usada a nosso favor; a promessa do *self made man* individualista se repete diariamente, mas não nos é concedida nenhuma influência importante sobre a lógica de seu funcionamento real por nossa própria ação e vontade.

Pierre Bourdieu, em *A dominação masculina* (1999), retoma sua teoria também sobre a economia das trocas simbólicas (p. 56). Essa abordagem, importante talvez para a economia feminista, recusa a separação entre os estudos materialistas e os simbólicos.

Bourdieu considera que o princípio da exclusão e da submissão feminina é a desigualdade fundamental entre sujeito (que age) e objeto (que é manipulado), ou seja, entre agente e instrumento, que inferioriza as mulheres. Nesse sistema, a mulher só pode ser objeto, símbolo cujo sentido é definido independentemente de sua ação e vontade. Ela se torna, na sociedade, aquilo que é nas propagandas de cerveja: um símbolo cuja função é perpetuar e aumentar o poder ou “capital simbólico” detido pelos homens.

Lévi-Strauss (1969) considera que toda sociedade está fundada na instituição da troca obrigatória de mulheres entre grupos, estabelecida com base no tabu do incesto. Esse fenômeno fundador, entendido por muito tempo como ato de comunicação feliz entre os homens, é, ao mesmo tempo, a instituição da violência, que nega às mulheres a condição de agentes, de sujeitos da troca, e da aliança entre homens de tribos ou grupos diferentes, que se estabelece através delas e as reduz a instrumentos simbólicos da política masculina. A dominação masculina faz das mulheres objetos: *ser* uma mulher é *ser percebida* pelo olhar e pelo discurso dos outros.

O corpo da mulher é, portanto, duplamente determinado pela sociedade: em primeiro lugar, porque mesmo sua aparência mais natural é definida na sociedade (trabalho, alimentação) e, em segundo lugar, porque a percepção dessas características e sua avaliação dependem de uma posição social. As categorias que usam tendem a opor e hierarquizar propriedades mais freqüentes entre dominantes e dominados (magro/gordo; grande/pequeno; elegante/grosseiro; leve/pesado).

De acordo com Bourdieu (1999: p.16-19), essa condição coloca as mulheres em um estado permanente de insegurança em relação ao corpo, ou melhor, de dependência simbólica: elas existem para o e através do olhar dos outros, como objetos acolhedores, atraentes, disponíveis. O padrão dominante de “feminilidade” geralmente não é outra coisa senão a complacência com as expectativas masculinas reais ou imaginadas. Basta olhar ao redor para perceber que o mercado onipresente de produtos e serviços da “feminilidade” se baseia na exploração e na naturalização dessa dependência.

A globalização se caracteriza por uma expansão do domínio do mercado, da mercantilização, que algumas pessoas consideram semelhante aos processos que deram origem ao sistema capitalista. Estes se basearam no uso da violência para tomar campos ou recursos naturais, meios de vida das pessoas e integrá-las ao sistema capitalista. O capitalismo expandiu-se não apenas colonizando regiões do planeta em que as sociedades estavam organizadas de maneira diferente, mas também ocupando mais dimensões da vida em sociedade. A educação, por exemplo, já foi parte da vida comunitária, já foi organizada pela religião e entendida como um dever e função do Estado, mas hoje é organizada pelo mercado, comprada e vendida como um serviço. É no contexto desse avanço da globalização neoliberal, marcado por formas violentas, por mercados da guerra e de dispositivos e serviços de segurança, que se organizam as lutas por um outro mundo possível (SOF, mimeo, 2005).

Outro autor frankfurtiano que contribuiu para a reflexão sobre os processos de mercantilização, criticando o capitalismo por criar falsas necessidades, foi Marcuse (1968), que abordou a questão do consumo e da alienação das pessoas no capitalismo tardio. Ele inspirou os movimentos libertários nos anos 60 e 70, entre eles os feministas, construindo também a crítica ao consumismo, que encobre o conflito entre as necessidades dadas e as possíveis e seus efeitos no desejo e na subjetividade:

“As criaturas se reconhecem em suas mercadorias; encontram sua alma em seu automóvel, hi-fi, casa em patamares, utensílios de cozinha. O próprio mecanismo que ata o indivíduo a sua sociedade mudou, e o controle social está ancorado nas novas necessidades que ela (a sociedade) produziu” (p. 31).

A expansão da produção capitalista e as conseqüentes necessidades manipuladas pelo sistema, naturalizando o consumo, introduzem a lógica da mercadoria na busca de novos mercados, ou seja, a “educação das massas consumidoras” é regida pelo valor de troca.

No modelo de acumulação flexível (Harvey, 1994), é necessário gerar uma demanda que dê conta da oferta que as empresas podem disponibilizar no mercado. Desse modo, no circuito da mercantilização, todas as esferas da vida vão sendo invadidas e se criam “receitas de vida”.

O filósofo Bauman (1998) trata dos efeitos da dinâmica consumista acentuando a velocidade, a volatilidade e a efemeridade de produtos, modos e técnicas de produção, mas também de idéias, práticas e relações sociais. De acordo com ele, “novas ‘utilidades’ devem ser criadas para abrir espaços a novos produtos especializados ainda não oferecidos” (p. 86). Isso nada mais é do que uma manifestação da obsolescência programada do cálculo da racionalidade instrumental do sistema capitalista globalizado.

Podemos agora, com essa bagagem teórica, chegar ao nosso tema de mercantilização atual da vida das mulheres, uma categoria social-chave no processo da economia capitalista globalizada. Antes, porém, vamos recorrer a um outro autor crítico radical do capitalismo, Robert Kurz. Em seu artigo denominado “Não rentáveis, uni-vos” (2003), ele escancara o fato de que a lógica subjacente ao sistema capitalista resume-se a que, “no fundo, só tem direito à existência quem ou o que é rentável”, ou seja, para esse autor “a cobiça capitalista de sugar a energia vital humana está obrigada a seguir esse padrão”. Diretamente em relação ao nosso tema, Kurz esclarece em sua análise que:

“Originalmente, para que o capitalismo deixasse a humanidade viver, as ‘necessidades não rentáveis’ eram da competência das mulheres. Mas o processo de valorização não desprezaria de modo algum a carne feminina, ou seja, ‘o nervo, o músculo, o cérebro’ (Marx). As mulheres seriam então oneradas com uma dupla carga. Tanto faz se se trata das sociedades capitalistas de Estado do antigo bloco do Leste, dos centros ocidentais ou das favelas do terceiro mundo: após o expediente, para elas começava e ainda começa, verdadeiramente, a reprodução para a parte da vida “inválida de viver” do ponto de vista capitalista.

As mulheres sozinhas teriam sucumbido há muito tempo sob esse fardo ou a sociedade teria se dissolvido. Por isso, o Estado, adicionalmente, tinha de criar as áreas secundárias, derivadas, da “vida inválida de viver” fora da rentabilidade, por meio de impostos, tributos e sistema de seguro, portanto, de certa maneira através da sangria do processo rentável [...]. Isso foi possível, enquanto o processo de valorização estava historicamente em ascensão e pôde absorver cada vez mais trabalho rentável.

Porém, com a terceira revolução industrial, a expansão paralisou-se. A régua de medida da rentabilidade está demasiado elevada, cada vez mais válidos para o trabalho caem fora. [...], a ‘sangria’ para as áreas secundárias esgota-se.

Torna-se visível a cabeça de medusa da lógica capitalista intrínseca, até agora oculta. No mundo inteiro, os ‘não rentáveis’ têm que experimentar a respectiva ‘invalidez da vida’ absoluta ou relativa. [...] Esse sistema já não se deixa iludir na sua animosidade contra a vida. É o próprio absurdo do princípio da rentabilidade que tem de cair: Não rentáveis de todos os países, uni-vos!”

Desse ponto de vista da exacerbação do modelo neoliberal, a expansão da mercantilização de todos os setores da vida tem sido marcada por novas instituições, como a OMC (Organização Mundial do Comércio), a serviço das grandes empresas capitalistas. Nesse novo espaço de pacto político-econômico que se sobrepõe à soberania dos países, os interesses das transnacionais vêm-se protegidos pela mercantilização que se expande a novas áreas, antes terreno dos fundos públicos dos Estados, como os de educação, saúde, produção de conhecimento, e assim por diante, áreas não totalmente rentáveis, que, a partir dos anos 1990, caíram sob a mira do “livre comércio”.

É nesse contexto que adquire centralidade a mercantilização da vida das mulheres na globalização. Para introduzir essa análise, vamos recorrer a um trecho do *Caderno da Marcha Mundial de Mulheres no Brasil*, elaborado para seu Encontro Nacional de 2006, que elenca as principais questões da problemática da mercantilização:

“Hoje as novas fronteiras do mercado estão avançando sobre nossos direitos, sobre o meio ambiente, a genética dos seres vivos, sobre os conhecimentos, a criatividade dos seres humanos.

As lutas feministas atuais e a construção da Marcha Mundial de Mulheres acontecem no contexto dessa expansão.

O crescimento da prostituição também é parte da tendência global de organização da sociedade segundo regras de mercado, que determinam que tudo na vida pode e deve ser vendido.

A mercadoria é uma forma generalizada, um modo de organização do mundo e das relações entre as pessoas, que

esconde as formas de opressão e se impõe cada vez mais contra os direitos que já conquistamos ou ainda lutamos para conquistar.

Construir conhecimento crítico sobre esse processo, forma de organização e ação autônoma das mulheres que respondam a essa realidade é uma das tarefas do feminismo anticapitalista.

O mercado tornou-se uma forma de organização da economia e, portanto, uma forma que nos estão impondo para organizar nossas vidas e para definir o que é ser mulher. Na vida do mercado, ser mulher é ser flexível e ter paciência para aceitar condições de trabalho cada vez piores, com menos salários e mais desemprego. É sacrificar-se trabalhando na informalidade sem nenhuma garantia de direitos. É depois de um dia de trabalho sentir-se no dever de cuidar sozinha da casa, das crianças, das pessoas doentes, e acreditar que isso é melhor que dispor de serviços públicos de saúde e educação, que serviços públicos são coisas do passado, que se queremos hospitais e escolas de qualidade, temos que pagar o preço. Na vida de mercado, a mulher que depois de tudo isso se sente cansada, deve comprar numa farmácia as novas drogas que prometem dar fim às dores do corpo e da alma.

Nesse sistema, que é ao mesmo tempo machista e capitalista, o lugar reservado às mulheres é tornarem-se mercadorias, objetos. Na publicidade a mulher é constantemente representada assim: como um objeto de consumo, que para ter valor tem que seguir um padrão. Para atingir este padrão ela deve aceitar as condições do mercado e consumir uma enorme quantidade de produtos e serviços.

A exposição da imagem e do corpo das mulheres como objeto contribui muito para colocá-las num estado permanente de

insegurança com relação ao corpo: elas têm que existir para o olhar dos outros, como objetos acolhedores, atraentes e disponíveis. A definição da “feminilidade” é marcada pela dependência com relação às expectativas masculinas reais ou imaginadas. Basta olhar ao redor para perceber como estamos cercadas de produtos e serviços de “feminilidade”, que se baseiam na exploração e naturalização dessa dependência.

A magreza das supermodelos é esperada daquelas que “se cuidam” como “boas mulheres”. Hoje cada vez mais jovens sofrem com bulimia, anorexia, doenças que estão entre as principais causas de morte das jovens, segundo a Organização Mundial de Saúde. À imposição da magreza, soma-se o poder inquestionável da ciência e dos médicos com a ideologia da eficiência e das soluções imediatas típicas do neoliberalismo.

As formas do corpo da mulher, historicamente controladas, hoje também podem ser compradas segundo os padrões da moda. Segundo o secretário-geral da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica, em entrevista ao jornal *Folha de S. Paulo*, a quantidade de adolescentes que colocam prótese de silicone aumentou 300% nos últimos dez anos. Em 2003 foram realizadas 400 mil cirurgias plásticas no país. O crescimento do mercado também se dá por sua expansão para as mulheres do meio popular através de pagamentos parcelados, consórcios ou dívidas com agiotas. [...]

A sociedade organizada como um mercado total, em todos os terrenos da vida, reduz as mulheres a uma coisa, seja na indústria da prostituição e da pornografia, seja na forma como nos expõe na publicidade e manipula nossos sonhos e desejos para aumentar o consumo. A reprodução da opressão

machista, que mantém as mulheres dependentes e vulneráveis, é fundamental para que as empresas transnacionais possam continuar superexplorando sua força de trabalho invisível. O trabalho das mulheres é utilizado como mercadoria barata nos empregos precários, no setor informal e também nos lares. O capital também sobrevive e cresce repassando para o âmbito privado os custos do bem-estar social abandonado pelos Estados neoliberais.

Para isso tem que vender a imagem da supermãe que se desdobra entre várias jornadas graças à comida rápida e aos eletrodomésticos comprados a crédito. Também é graças à insegurança das mulheres do Sul que a maior parte das empresas transnacionais pode aumentar seus lucros vendendo medicamentos, cirurgias, cosméticos e alimentos tóxicos como promessas de felicidade.

Por que deveríamos viver sob as leis do mercado? Por acaso somos mercadorias? É isso que nos dizem nossos governos quando assinam acordos nos quais os interesses das transnacionais valem mais que nossa luta histórica por autonomia e democracia.

[...] A desconstrução dos mecanismos do mercado, da exploração do trabalho às pressões da mídia, passando pelas novas e velhas formas de controle do corpo, vai ao coração do sistema capitalista e nos permite, a partir da experiência cotidiana das mulheres, fazer relações entre as situações de opressão e o funcionamento da ordem econômica.”

Uma das formas de demonstrar a crescente mercantilização das esferas da vida na globalização, que não só lança as mulheres nas desigualdades de gênero e intragênero, mas, nesse caso, as acentuam, diz respeito à mobilidade das imi-

grantes do Sul em áreas específicas de serviços – como o de cuidados – em direção a países de renda alta do Norte. O cotidiano de pobreza desse grande contingente nos leva a atentar para as redes globais de serviços de cuidados que aprofundam as novas modalidades de divisão internacional e sexual do trabalho (ver Hirata, 2003).

Segundo atestam Cunha e Fuentes (2006):

“Para os países com baixas taxas de crescimento, a exportação de trabalhadoras como prestadoras de serviços domésticos e de cuidados tem-se convertido em uma fonte cada vez mais importante de divisas – como resultado de remessas regulares para gerar e/ou complementar a renda familiar, e da absorção de trabalho em uma situação de desemprego crônico. As rendas obtidas por estas mulheres migrantes financiam as importações, ampliam o mercado consumidor, aumentam a renda *per capita* nacional e aumentam os índices de poupança e investimentos. Mas [...] as vantagens tendem a ser de natureza mais econômica, ao passo que os custos são, principalmente, sociais.

De fato, muitas mães – algumas delas chefes de família – saem em busca de trabalho remunerado para assim assegurar a reprodução cotidiana de suas famílias. Um número crescente dessas mulheres cruza fronteiras, deixando seus lares e famílias, por períodos prolongados de tempo.

Um esforço de avaliação dos impactos da globalização sobre as mulheres é desenvolvido por Hochschild (2000), em seu estudo sobre as redes globais de serviços de cuidados (*global care chains*). Trata-se de cadeias que ligam pessoas – quase sempre mulheres – através do globo por meio de serviços de cuidados, remunerados ou não. Estas redes globais de cuidados se multiplicam em vários níveis. Um exemplo típico é o seguinte: ‘1)

a filha mais velha de uma família pobre cuida de seus irmãos e irmãs enquanto 2) sua mãe trabalha como babá cuidando dos filhos de uma imigrante que, por sua vez, 3) cuida de uma criança em uma família num país rico’ (p. 131).

Impactos dessa ‘globalização da maternidade’ são diferenciados para mulheres de classe média de países desenvolvidos e para mulheres imigrantes do terceiro mundo – as primeiras estão ‘livres’ para entrar no mercado de trabalho empregando as segundas no cuidado com suas crianças ou pais idosos. Segundo a autora, em ambos os casos, as escolhas são difíceis (embora sejam evidentemente mais duras para as mulheres do ‘terceiro mundo’).

Estudos sobre globalização e gênero, que em geral se debruçam sobre os países pobres ou em desenvolvimento, trazem sucessivos relatos de mulheres migrantes que estão longe de seus filhos justamente para tentar ganhar dinheiro e enviar para seu sustento no país natal, situação que lhes traz profundos custos em termos psicológicos e pessoais – tal como evidenciam os dolorosos depoimentos de mulheres migrantes citados por Hochschild.”

Essa transnacionalização dos encadeamentos de cuidados coloca as mulheres imigrantes no circuito da mercantilização dos cuidados e dos afetos no primeiro mundo, de que elas são as portadoras.

Em 2003, segundo a Divisão de População da ONU, o montante das remessas enviadas pelas/os imigrantes foi superior ao investimento estrangeiro direto mais a ajuda para o desenvolvimento.

Na introdução do livro *Global Women: Nannies, Maids, and Sex Workers in the New Economy* (Babás, empregadas domésticas

e trabalhadoras do sexo na nova economia), editado em 2002 por Bárbara Ehrenreich e Arlie Russell Hoschschild, afirma-se que “o primeiro mundo adquire um bônus de cuidado enquanto o terceiro mundo sofre um déficit”. Os custos emocionais das estratégias de sobrevivência das mulheres migrantes e seus filhos já têm sido objeto de estudos. Segundo essas autoras, a Unicef (1993) calcula que 1,8 milhão de crianças estão separadas indefinidamente de suas mães devido à migração, para realizarem trabalho doméstico em outros países. A obra menciona o grande contingente de empregadas domésticas nos Estados Unidos vindas sem os filhos do Caribe e do México.

Sassen (2006) avalia que, nos últimos anos, o trabalho das mulheres é central para manter o processo de globalização, e reconhece as migrantes como atorras econômicas cruciais.

Ehrenreich e Hoschschild (2002) dirigem sua indignação à exploração capitalista que abarca tudo que pode ser vendido e comprado, mesmo o “amor materno”. Há a valorização e o ganho de *status* de mulheres que tenham uma babá amorosa, como acontece na Inglaterra e no Japão, vinda de determinados países da Ásia, por exemplo. E isso continua reforçando a divisão sexual do trabalho; os homens não compartilham as tarefas domésticas em nada e, segundo elas, se isso fosse possível, a natureza do trabalho mudaria. A esquizofrenia da mercantilização tem como lema irônico: “Outra mulher a ser explorada em vez de você!”

Nesse mesmo livro, as denominadas *global women* abrangem também as trabalhadoras do sexo (*sex workers*). Segundo as autoras, estas ocupam um nicho de mercado mais reduzido que o das trabalhadoras domésticas. Enquanto o tráfico de mulheres atrai mais atenção das agências internacionais nas

fronteiras, o turismo sexual, a indústria do entre-tenimento e as *private houses* fornecem serviços sexuais que são mais difíceis de estimar.

É preciso mencionar o papel dos Estados, que não raramente apóiam ativamente a família tradicional e os papéis de gênero enquanto, simultaneamente, encorajam a migração das trabalhadoras. O papel ambíguo de Estados em sustentar esse novo padrão do trabalho global das mulheres é uma questão-chave para futuras pesquisas.

Sassen (2006) aponta as características da prostituição e do tráfico ligadas à indústria do sexo e faz referência aos interesses dos Estados ligados ao turismo e lazer e acentuam a mercantilização das mulheres:

“O quadro institucional do sistema econômico globalizado referente à regulação dos mercados e dos fluxos monetários internacionais contribuíram fortemente para a formação e o reforço de circuitos paralelos. Essas contra-geografias dão prova de dinamismo e mobilidade; até certo ponto, elas pertencem à economia subterrânea mas elas fazem uso da infra-estrutura institucional da economia formal. [...]

Nos países em desenvolvimento, migrar em busca de um emprego ou se prostituir tornam-se estratégias de sobrevivência correntes. Em segundo lugar, a utilização de mulheres e crianças pela indústria do sexo e a colocação no trabalho de uma grande diversidade de pessoas tornam-se os meios ordinários de realizar lucros tanto por pequenos empresários quanto pelos sindicatos do crime mais e mais mundializados. Em terceiro lugar, as somas enviadas pelas emigradas a seus países de origem devidas à exportação organizada de trabalhadores, constituem, para os governos desses países,

fontes indispensáveis de divisas. As mulheres constituem de longe o grupo majoritário na prostituição e no tráfico ligado à indústria do sexo; elas estão também se transformando no componente mais importante das migrantes por razões econômicas” (p. 79).

Sassen (2006) acrescenta ainda que:

“É dentro desse contexto, marcado pelo desemprego, a pobreza, a falência de numerosas empresas e a contração de recursos atribuídos pelo Estado aos programas sociais, que emergem tais circuitos alternativos de sobrevivência.

A utilização de mulheres pela indústria do sexo é uma fonte de lucros considerável para aqueles que o organizam. Segundo estimativas da ONU, 4 milhões dentre elas foram submetidas ao tráfico em 1998 e renderam 7 milhões de dólares aos grupos criminosos; essa cifra quase atinge 8 milhões em 2004. [...]

A prostituição torna-se, em certos países, o motor da expansão da indústria do entretenimento e lazer, e portanto, do turismo, como estratégia de desenvolvimento, que, por sua vez, aumenta os recursos do Estado” (p. 84).

Segundo Luciane Udovic (2006) , Secretária Continental do Grito dos Excluídos:

Nas Américas, a Relatoria Especial da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) afirma, em seu relatório de abril de 2001, que as mulheres representavam 47,5% dos migrantes do continente [...]. A mulher migrante é também a principal vítima do tráfico humano que acaba conduzindo essencialmente à prostituição.

Somaly Mam (2006), prêmio Príncipe de Astúrias, destacou que é a mulher migrante quem mais sofre com o tráfico humano, muitas vezes submetidas a trabalho forçado ou à indústria do sexo. Ela lembra que 90% das mulheres prostituídas são vítimas do tráfico sexual e passam por situações traumáticas muito difíceis de serem superadas.

Por fim, relembremos o debate acima, realizado pela Marcha Mundial de Mulheres, dentre outros movimentos sociais, o qual apontou também para a cadeia de interdependência gerada pelas empresas, que incide na mercantilização da vida das mulheres. Transnacionais controlam a produção e distribuição de remédios, sementes e alimentos. Isso repercute em situações que envolvem cotidianamente as mulheres, ou seja, no cuidado da saúde, na alimentação e na pequena produção rural, e acaba tornando-as reféns da oferta articulada desses produtos, que se impõem como únicas alternativas naturais de consumo, já que são oferecidos com facilidade, devido aos *lobbies* e à propaganda.

Portanto, as possibilidades de a pequena produção no campo, na qual muitas mulheres costumam estar envolvidas, encontrar espaços para resistir ou concorrer com as grandes transnacionais, com um modo de vida tradicional ou alternativo, tornam-se cada dia mais difíceis. Por isso, na agenda dos movimentos de mulheres entra, atualmente, com destaque, a luta por soberania alimentar.

Com o objetivo de esclarecer esse componente fundamental para a reflexão sobre a atuação das transnacionais nos ramos mencionados, incluímos um trecho de artigo do ETC Group (2005):

“Sobre o setor da indústria de sementes, é difícil separar os agrotóxicos (praguicidas) e as sementes, porque as mesmas corporações dominam ambos os setores e porque os produtos de sementes e agroquímicos são desenvolvidos e comercializados freqüentemente como produtos vinculados [...]. As dez maiores empresas têm 84% do mercado do setor agroquímico. Entre as 10 maiores indústrias de praguicidas do mundo estão: Basf, Syngenta, Dow, Monsanto, e entre as 10 maiores empresas de sementes estão: Monsanto, Dupont, Syngenta, Bayer etc.

Quanto à indústria global de distribuição de alimentos, observamos que entre os 10 distribuidores de alimentos do mundo, em dados de 2004, temos os grupos WalMart (dos EUA) e Carrefour (França). Em 2004, os 10 maiores distribuidores de alimentos tiveram vendas combinadas de US\$ 840 milhões, 24% das vendas globais, estimadas em US\$ 3,5 bilhões”.

O informe de 2004 sobre insegurança alimentar da FAO (Organização para a Alimentação e Agricultura das Nações Unidas) enfatizou o papel das cadeias de supermercados multinacionais e suas implicações para a segurança alimentar de trabalhadores e trabalhadoras em áreas rurais. Segundo a FAO, os supermercados podem ampliar as opções dos consumidores, baixar os preços para os compradores urbanos à sua conveniência, mas o domínio dos supermercados globais “também conduz a que um punhado de megaprocessadores e distribuidores tenham cada vez mais poder para impor padrões, preços e prazos de entrega”. O informe enfatiza que os agricultores de pequena escala, que não conseguem firmar pé no mercado globalizado, estão arriscados a permanecer

na condição de uma minoria marginal e de excluídos do sistema alimentar como produtores e como consumidores.

“A globalização das indústrias da alimentação e a expansão dos supermercados apresentam a oportunidade para alcançar novos mercados lucrativos, assim como um risco substancial para o aprofundamento da pobreza.”

Apenas para lembrar, de acordo com o ETC Group (2005), o Wal Mart:

“tem o recorde de ações legais por violação dos direitos trabalhistas, incluindo a ação mais escandalosa por discriminação no local de trabalho da história dos Estados Unidos: uma ação com a participação de mais de 1,5 milhões de mulheres contra o Wal Mart por discriminação na contratação e nas promoções trabalhistas”.

Ainda de acordo com o ETC Group (2005), entre as maiores indústrias de processamento de alimentos e bebidas, em 2004, segundo a Global Food Markets, estavam Nestlé, Archer Daniels, PepsiCo, Unilever, Cargill, Coca-Cola e Grupo Danone. Essa concentração de todo o mercado de vendas atinge também toda a cadeia alimentar.

Voltando agora à noção de mercantilização no plano da publicidade podemos refletir que as mulheres estão no centro da economia simbólica da publicidade que agrega valor à marca das grandes empresas de alimentos e bebidas. Fontenelle (2002), citando um *ranking* da Interbrand sobre as dez marcas mais valiosas do mundo, revela o peso da marca no valor de mercado de uma companhia: em primeiro lugar vinha a Coca-Cola, mostrando que o valor da marca, em

bilhões de dólares, equivalia a 83,83 e o valor de mercado da empresa a 142,16, ou seja, a marca equivalia a 59% do valor total da empresa. Outro exemplo é o McDonald's, que estava em oitavo lugar no *ranking*. 26,23 (valor da marca); 40,86 (valor de mercado), caso em que a marca equivalia a 64% do valor da empresa.

O apelo publicitário mostra com freqüência uma mulher identificada com o objeto de consumo, despertando o desejo dos homens, ou uma dona-de-casa moderna, zelosa do amor materno e do bem-estar da família e de seus filhos, oferecendo produtos Nestlé ou Danone, por exemplo.

Assim, a marca acaba agregando mais valor a determinadas empresas do que seus próprios produtos e ativos, e são principalmente as mulheres as capturadas nesse circuito final como consumidoras ou estimuladoras do consumo. A marca é um fetiche que cria uma “ilusão necessária” (Fontenelle, 2002), tal como imagens de si em que as mulheres se vêem interpeladas a corresponder ao se tornarem objetos de desejo.

Ainda nessa mesma obra, Fontenelle comenta um programa da GNT, de 1999, chamado *Grandes Séries*, e reproduz as notas da produção de um comercial do McDonald's, mostrando o seguinte memorando que a autora reproduz:

Alimento para o pensamento:

McDONALD'S. *Girls, Girls, Girls*.

Notas da produção enviadas da agência de propaganda à produtora antes da filmagem do comercial:

“O objetivo desse comercial é convencer as meninas da faixa etária dos 10 anos, aos, digamos, 18 anos de que o McDonald's as compreende, simpatiza com elas e as admira. O comercial

é uma homenagem às mulheres. *Design* é a palavra-chave. Tudo deve ser considerado para dar ao espectador um visual de estilo e grafismo próprio das meninas. Já que o tema é ‘meninas’ o visual das cenas é da máxima importância. Cada objeto, adereço, roupa devem se complementar. A abordagem fotográfica deve ser leve, vivaz, ativa e inspiradora. [...] Para este comercial, visual, estilo e música são tudo. Sem isso, vai virar mais um anúncio chato para as meninas [...]. O objetivo é retratar jovens felizes em seu próprio mundo”.

Vemos diariamente a publicidade converter a economia mercantil em economia psíquica do valor, desvelando a extensão da mercantilização a todas as esferas da vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, Theodor. *A indústria cultural*. Escola de Frankfurt. São Paulo: Ática, 1996. (Col. Grandes Cientistas Sociais.)
- BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- CADERNO DA *Marcha Mundial de Mulheres no Brasil*. Belo Horizonte: Encontro Nacional de 2006.
- COLÓN, Alice y POGGIO, Sara. Economía globalizada: límites a la equidad de género. In: LEBLON, N. y MAIER, E. (coords.) *De lo privado a lo público. 30 años de lucha ciudadana de las mujeres en América Latina*. Mexico: Siglo XXI:UNIFEM: LASA, 2006. (Disponível en la biblioteca de la plataforma del curso economía feminista: texto complementar 2, módulo II/aula I).
- CUNHA, Gabriela e FUENTES, Fernanda. *Mulheres, Trabalho e Globalização: Gênero como determinante nos padrões globais*

- de desigualdade. *Revista Eletrônica Ártemis*. N.4, julho de 2006. UFPB: João Pessoa, 2006.
- EHRENREICH, Barbara and HOSCHSCHILD, Arlie Russell. *Global Women: Nannies, Maids, and Sex Workers in the New Economy*. New York: Metropolitan Books, 2002.
- ETC GROUP, n. 91 nov.-dez. 2005, <www.etcgroup.org>. Acesso em outubro de 2006.
- FAO. *State of Food Insecurity*, 2004
- FONTENELLE, Isleide. *O nome da marca; MacDonald's, fetichismo e cultura descartável*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1994.
- HOSCHSCHILD, A. R. and EHRENREICH, Barbara. *Global Women: Nannies, Maids, and Sex Workers in the New Economy*. New York: Metropolitan Books, 2002.
- HIRATA, Helena. Por quem os sinos dobram? In: NOBRE, M.; GODINHO, T. et alli (orgs.). *Trabalho e cidadania ativa das mulheres*. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003.
- KURZ, Robert. "Não rentáveis, uni-vos". *Carta Capital*, São Paulo, 22 out. 2003.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *Las estructuras elementales del parentesco*. Buenos Aires: Paidós, 1969.
- LUKÁCS, Gyorg. *Historia y conciencia de clase*. México: Grijalbo, 1969.
- MARCUSE, Herbert. *L'Homme Unidimensinnel*. Paris: Minuit, 1968.
- MARX, Karl. *O capital*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972, t. I, p. 81
- MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Lisboa: Ed. 70, 1992.
- POLANYI, Karl. *A grande transformação, as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 1988.
- POULIN, Richard. Quinze teses sobre o capitalismo e o sistema mundial de prostituição. In: FARIA, Nalu e POULIN, Richard.

- Desafios do livre mercado para o feminismo*. Cadernos Sempreviva, n. 9. São Paulo: SOF, 2005.
- SASSEN, Saskia. “Vers une alternative de la mondialisation: les circuits de survie et leurs acteurs”. *Cahiers du Genre*, n.40. Travail et mondialisation. Confrontations Nord/Sud. Paris: GERS/L’Harmattan, 2006.
- SCHWARTZMAN, SIMON. Resenha bibliográfica 1980 (Polanyi, Karl. *A grande transformação*, as origens de nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 1980). Disponível em <www.schwartzman.org.br/simon/polanyi.htm>.
- SOF. *Sobre a mercantilização da vida das mulheres*. São Paulo: SOF, 2005. mimeo.
- UDOVIC, Luciane. *Folha Feminista*, n. 61, São Paulo: SOF, jul.-ago. 2006.

CONHEÇA A SOF

A SOF (Sempreviva Organização Feminista) contribui para consolidar um movimento feminista forjado nas lutas populares, que atua na conjuntura, gerando e alimentando alternativas à ordem neoliberal.

Realiza atividades de formação, de construção do conhecimento, de fortalecimento de articulações, além de publicações. Apóia e assessora organizações de mulheres, movimentos sociais, ONGs e órgãos de governo. E também faz parte do movimento de mulheres, no Brasil, e da REMTE (Rede Latino-Americana Mulheres Transformando a Economia) e da Marcha Mundial das Mulheres, no âmbito internacional.

Publicações

- *Folha Feminista*. Boletim mensal, 66 números editados. O movimento feminista e a situação das mulheres no Brasil e no mundo.
- *Gênero e Desigualdade* (1997, 52 p.). Primeiro volume da Coleção Cadernos Sempreviva, Série Gênero, Políticas Públicas e Cidadania, 52 p., editado em 1997. Aborda a construção das relações sociais de gênero e sua dinâmica. (Esgotado)
- *Gênero e Agricultura Familiar* (1998, 68 p.). Segundo volume da Coleção Cadernos Sempreviva, Série Gênero, Políticas Públicas e Cidadania. Analisa a dinâmica das relações de gênero na agricultura familiar e o tratamento dado ao tema pelos movimentos sociais. (Esgotado)
- *Saúde das Trabalhadoras* (1998, 80 p.). Terceiro volume da Coleção Cadernos Sempreviva, Série Saúde e Direitos Reprodutivos. Enfoca a situação das trabalhadoras e a forma como se inserem no mercado de trabalho, considerando,

sobretudo, a maternidade e as limitações impostas aos seus projetos profissionais.

- *Sexualidade e Gênero: Uma Abordagem Feminista* (1998, 60 p.). Quarto volume da Coleção Cadernos Sempreviva, Série Gênero, Políticas Públicas e Cidadania. É composto de três textos que analisam a construção histórica da sexualidade, propondo uma visão crítica do modelo dominante e apontando elementos e condições que permitirão, a homens e mulheres, viver uma sexualidade mais livre e menos definida pelo gênero.
- *Gênero e Educação* (1999, 76 p.). Quinto volume da Coleção Cadernos Sempreviva, Série Gênero, Políticas Públicas e Cidadania. Seus textos tratam das políticas educacionais, indagam sobre o papel da escola na construção de identidades de gênero e discutem experiências na implantação de programas de consciência de gênero e educação sexual.
- *O Trabalho das Mulheres: Tendências Contraditórias* (1999, 120 p.). Sexto volume da Coleção Cadernos Sempreviva, Série Gênero, Políticas Públicas e Cidadania. O trabalho das mulheres no contexto da hegemonia do neoliberalismo é o enfoque deste Caderno, mediante análises sobre a globalização, o trabalho doméstico e estudos de caso no universo urbano e no rural.
- *Mulheres, Corpo e Saúde* (2000, 72 p.). Sétimo volume da Coleção Cadernos Sempreviva, Série Saúde e Direitos Reprodutivos. Debate as relações entre as atuais estratégias de controle do corpo das mulheres e a fragmentação da saúde.
- *Gênero nas Políticas Públicas* (2000, 104 p.). Oitavo volume da Coleção Cadernos Sempreviva, Série Gênero, Políticas Públicas e Cidadania. Focaliza essencialmente as relações entre o feminismo e o Estado, abordando o contexto sóciopolítico das políticas públicas de gênero.

- *Economia Feminista* (2002, 103 p.). Nono volume da Coleção Cadernos Sempreviva, Série Gênero, Políticas Públicas e Cidadania. Apresenta os paradigmas da teoria econômica e introduz a experiências concretas das mulheres, mostrando como o modo de as pessoas operarem no mercado não é unicamente racional e autônomo, mas marcado por desigualdades, normas culturais preconceituosas e relações de opressão e exploração.
- *A Produção do Viver* (2003, 104 p.). Décimo volume da Coleção Cadernos Sempreviva, Série Gênero, Políticas Públicas e Cidadania. Este Caderno segue apresentando os pressupostos da teoria econômica feminista, tendo, desta vez, como centro a reprodução e a sustentabilidade da vida humana. Na reflexão sobre as práticas econômicas das mulheres, traz artigos sobre as políticas de alimentação e a economia solidária.
- *Construir la igualdad* (2003, 74 p.). Debates feministas no Fórum Social Mundial. Co-editado com a REF, a REMTE e a Marcha Mundial das Mulheres, este Caderno apresenta as intervenções de militantes da REMTE e da Marcha Mundial das Mulheres em painéis e conferências realizadas no Fórum Social Mundial de 2003, documento preparatório e uma síntese do seminário “Alternativas feministas para outra economia”.
- *Feminismo e a luta das mulheres – análises e debates* (2005, 67 p.). Este livro reúne seis artigos elaborados por técnicas da SOF sobre temas de atuação da organização, como gênero nas políticas públicas, exclusão das mulheres na América Latina, direito ao corpo, combate à violência sexista, mulheres na agricultura familiar e na luta contra os transgênicos, e uma recuperação da história do 8 de março.
- *Um futuro sem violência* (2005, 23 p.). Cartilha co-editada com a Omir (Organização de Mulheres Indígenas de Roraima),

apresenta a discussão realizada pelas mulheres dessa organização para compreender e traçar estratégias de enfrentamento à violência sexista nas comunidades indígenas e na relação com a sociedade nacional. (Esgotada)

- *Mulheres em luta por uma vida sem violência* (2005, 28 p.). Esta cartilha é um material de apoio para pessoas que querem debater e enfrentar a violência contra as mulheres. Uma importante referência são as ações realizadas pelas trabalhadoras rurais para compreender e superar este problema.
- *Agricultura na sociedade de mercado: As mulheres dizem não à tirania do livre comércio* (2006, 48 p.) Co-editado com a REF, a REMTE e a Marcha Mundial das Mulheres, este caderno percorre os acúmulos das mulheres na luta contra o livre comércio e por soberania alimentar.
- *Caminhos para a igualdade de gênero entre indígenas e quilombolas* (2006, 44 p.). Este caderno resgata a experiência do trabalho de formação da SOF com organizações indígenas e quilombolas entre 2003 e 2006.
- *Formação com mulheres rurais – Estratégia para efetivação de políticas públicas de gênero no campo* (2006, 192 p.). Esta publicação apresenta os resultados do trabalho de formação com mulheres rurais desenvolvidos no convênio da SOF com o PPIGRE do MDA entre dezembro de 2004 e dezembro de 2006.
- *Feminismo e Integração da América Latina e do Caribe* (2007, 36 p.) Co-editado com a REF, a REMTE e a Marcha Mundial das Mulheres, apresenta o debate sobre integração regional, analisa criticamente a trajetória do movimento de mulheres na formulação de propostas de políticas e aponta os eixos que o feminismo coloca para que as alternativas de integração gerem igualdade.

Vídeos e DVDs

- *Gênero, mentiras e videoteipe* (1996, 20 min., dir. de Lucila Meirelles). De maneira descontraída e bem-humorada, procura mostrar como as pessoas são educadas para serem homem ou mulher. Produção da SOF, Instituto Cajamar e TV dos Trabalhadores, com apoio da Croccevia.
- *Lançamento da Carta das Mulheres para a Humanidade* (2005, 10 min, dir.da equipe técnica da SOF, co-produzido com a Marcha Mundial das Mulheres). DVD que mostra a vitoriosa passeata de 8 de março de 2005, em São Paulo, quando mais de 30 mil mulheres, representando variados setores do movimento (jovens, lésbicas, trabalhadoras rurais e urbanas, sindicalistas, negras, donas de casa, categorias profissionais, mulheres de partidos políticos etc.), foram às ruas para o lançamento das ações internacionais da Marcha Mundial das Mulheres.

Outros materiais

A SOF produz folhetos, cartazes e outros materiais de campanhas específicas.

Informações, assinaturas e pedidos

Tel./fax: (011) 3819 3876 ou por carta à
 SOF Sempreviva Organização Feminista
 Rua Ministro Costa e Silva, 36 – Pinheiros
 CEP 05417-080 – São Paulo – SP – Brasil
 Correio eletrônico: sof@sof.org.br